

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA**

ADRIANA MARIA FELIMBERTI SCARDUELI

A QUESTÃO DO MAL EM HANNAH ARENDT

CAXIAS DO SUL

2013

ADRIANA MARIA FELIMBERTI SCARDUELI

A QUESTÃO DO MAL EM HANNAH ARENDT

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Mestra em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Mestrado em Ética, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nodari

CAXIAS DO SUL

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

S285q Scardueli, Adriana Maria Felimberti, 1970-
A questão do mal em Hannah Arendt / Adriana Maria Felimberti
Scardueli. - 2013.
71 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, 2013.
Apresenta bibliografia.
“Orientação: Prof. Dr. Paulo César Nodari.”

1. Arendt, Hannah, 1906-1975 – Crítica e interpretação. 2.
Totalitarismo. I. Título.

CDU 2.ed.: 1ARENDT

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|---------|
| 1. Arendt, Hannah, 1906-1975 – Crítica e interpretação | 1ARENDT |
| 2. Totalitarismo | 321.64 |

Catalogação na fonte elaborada pelo bibliotecário
Marcelo Votto Teixeira – CRB 10/ 1974



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL


“A questão do mal em Hannah Arendt”

Adriana Maria Felimberti Scardueli

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais de Ética.

Caxias do Sul, 27 de setembro de 2013.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Paulo César Nodari (orientador)
Universidade de Caxias do Sul


Prof. Dr. Itamar Soares Veiga
Universidade de Caxias do Sul


Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Schio
Universidade Federal de Pelotas

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada a todos aqueles que fazem parte da minha vida: meus amigos do passado e do presente. Mas, dentre todas as pessoas, dedico especialmente este trabalho:

- Ao meu esposo, Marcelo Scardueli, pelo amor, pelo companheirismo e pela compreensão na minha ausência, durante esses anos de estudos.
- Às minhas filhas, Daiane Scardueli e Bárbara Scardueli, pois é minha razão de viver.
- Aos meus pais, especialmente, ao meu pai, Osvaldo Felimberti, pelo amor e pela força nos momentos difíceis.
- E aos meus familiares, a eles todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu o dom da vida.

À minha família, sustento da minha existência, todos os que ficaram ao meu lado nesses anos de estudos.

Ao Professor Dr. Paulo César Nodari, meu orientador, pela disponibilidade e atenção na orientação deste trabalho.

Ao Professor Dr. Itamar Soares Veiga, pelo interesse ao tema e por aceitar participar da banca de defesa.

À Professora Dra. Sônia Maria Schio, pela amizade e pelas valiosas dicas esclarecedoras a respeito de Hannah Arendt. Ela é uma mestra que muito admiro.

A todos os meus amigos e parentes que depositaram confiança em mim.

À Daniela Bortoncello, secretária da PPFIL-UCS, pelo apoio e atenção.

Aos colegas de curso, aos professores e demais funcionários desta Instituição, minha gratidão.

RESUMO

Esta dissertação apresenta a concepção de “banalidade do mal”, a partir da perspectiva da filósofa-política Hannah Arendt (1906-1975). O objetivo na presente dissertação é analisar os elementos constitutivos do fenômeno denominado mal banal, fenômeno a partir do qual erigiu toda a problemática política do Ocidente a partir do Totalitarismo. Procurar-se-á, neste trabalho, refletir acerca da falta de responsabilidade dos cidadãos pertencentes a esta sociedade de massa dos regimes totalitários do Século XX. Segundo Arendt, é a pretensão da dominação total do homem, o núcleo do qual se pode pensar o mal nas experiências totalitárias. Ao relatar e analisar o julgamento de Otto Adolf Eichmann, funcionário do Governo Nazista, Arendt se deteve sobre a questão da responsabilidade do réu em questão. Eichmann apenas cumpria ordens, sendo assim ele não era um monstro, ou um sádico e muito menos um perverso. Ao contrário, ele era um homem normal. Por isso, o mal causado por Eichmann e pelo Governo Totalitário, não pode ser punido ou perdoado, é preciso compreender o que aconteceu, para que este mal não volte a acontecer no futuro. Para Arendt, esta lógica, de pessoas normais cometendo crimes que não podem ser punidos ou perdoados, pode ser mudada. Mas para isso, é preciso que o ser humano pense, reflita e se responsabilize pelos seus atos, além de que também é preciso o restabelecimento da moralidade política com o *amor mundi*, que é o desejo que o mundo seja preservado para as futuras gerações.

Palavras-chave: Totalitarismo. Mal Banal. Eichmann. Responsabilidade. *Amor Mundi*.

ABSTRACT

This dissertation introduces the concept of "the banality of evil", from the perspective of political-philosopher Hannah Arendt (1906-1975). Therefore, our goal in this paper is to analyze the elements of the phenomenon called banal evil phenomenon, from which was erected all the political question of the West, starting of Totalitarianism.

We seek in our work, to reflect on the citizens' lack of responsibility belonging to this totalitarian regimes society of the twentieth century. According to Arendt, is the claim of total domination of man, the core of which one can think of the evil in the totalitarian experience.

To report and analyze the judgment of Otto Adolf Eichmann, the Nazi government official, Arendt, detain on the issue of the defendant's liability in question. Eichmann followed orders, he was not a monster or a sadist and a pervert much less. Instead, he was a normal man. The harm caused by Eichmann and the Totalitarian Government, can not be punished or forgiven, It is necessary to understand what happened, that this evil does not happen again in the future.

For Arendt, this logic of normal people committing crimes can not be punished or forgiven, can be changed. It takes people to think, reflect and take responsibility for their actions, but also, is necessary the restoration of political morality with love mundi - that is the desire the world be preserved for future generations.

Keywords: Totalitarianism.Evil Banal.Eichmann. Responsibility. *Love Mundi.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TOTALITARISMO	12
2.1 O MAL TOTALITÁRIO.....	24
2.2 A SOCIEDADE DE MASSA	30
3 EICHMANN E O MAL RADICAL	35
3.1 OTTO ADOLF EICHMANN – O ACUSADO	35
3.2 O MAL RADICAL EM KANT	42
4 O “MAL BANAL” E A ÉTICA.....	47
4.1 O “MAL BANAL”	47
4.2 A POLÍTICA.....	56
4.3 A RESPONSABILIDADE COLETIVA	60
4.4 A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Nas leituras que foram realizadas no transcorrer da pesquisa sobre o pensamento de Hannah Arendt, fundamentalmente nas obras, *Origens do Totalitarismo e Eichmann em Jerusalém*, um fato originou uma inquietude. Essas obras apontavam para uma direção comum e faziam uma alusão de cunho político e ético. Diante disso, a inquietação tornou-se mais contundente ao se deparar com o réu em questão, Eichmann. Ele se dizia inocente de todas as acusações que lhe eram impostas. Não havia arrependimentos em sua fala. Ele era assustadoramente normal.

Diante de colocações como a supracitada, a pergunta que não tardou a vir à tona, tornando-se, também, a questão central aqui pesquisada foi a respeito do mal. O objetivo, pois desta dissertação é analisar, a partir das obras, *Origens do totalitarismo e Eichmann em Jerusalém*, por que o ser humano comete o mal e por que tal não se responsabiliza pelo mal cometido?

No primeiro capítulo deste trabalho, procurar-se-á analisar o que foi o totalitarismo. O totalitarismo, esta nova forma de governo, vem de uma política específica, na qual a autoridade foi abolida e substituída por uma forma de governo baseada no terror e na ideologia. O Fenômeno Totalitário Nazista (1933-1945), em especial, obriga a reavaliar a ação humana para que não aconteçam novos conflitos como aqueles da Europa da primeira metade do século XX. Neste contexto do Governo Totalitário, Arendt reflete sobre a questão do mal na Filosofia Política. Assim, a autora afirma (1989, p. 510): “esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos se tornaram supérfluos”. Os assassinos totalitários, segundo Arendt, são mais perigosos do que qualquer outro assassino, pois eles não se importam consigo próprios e não se interessam se estão vivos ou mortos. O mal banal se instala quando existem problemas políticos, sociais e econômicos, nos quais o homem não se envolve na comunidade em que vive.

No segundo capítulo, será examinado o caso Eichmann e a banalidade do mal. Nele, Arendt usa, em primeiro plano, o mal radical de Kant, pois para ela, Kant foi o único filósofo que suspeitou da existência deste mal, denominado por ele de radical. Além disso, Kant afirmava que esse mal podia ser explicado pela razão e por motivos compreensíveis. O tema retorna em Arendt, quando ela realizou a cobertura do julgamento de Eichmann para a *The New Yorker*, em 1961, em Jerusalém. A sua

obra, *Eichmann em Jerusalém*, relata quem foi Eichmann e quais foram seus feitos. Nesse sentido, para iniciar a reflexão sobre a “banalidade do mal”, é preciso analisar como Arendt entende o problema do mal. Ela alerta que, após a experiência do Totalitarismo, os homens se isolaram e se tornaram incapazes de agir. Logo, como afirma Arendt (1989, p. 527); “o isolamento é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída”. A compreensão do que foi o totalitarismo mostra que o problema do mal se tornou um obstáculo para a reflexão do ser humano, tornando-se assim, uma questão a ser questionada, estudada e pensada por se tratar de uma questão fundamental nos dias atuais. Atualmente, “tudo é possível” do ponto de vista dos detentores do poder, e é de vital importância para a questão da sobrevivência da ética e da política no âmbito mundial, porque a política, para Arendt, trata o mundo como um lugar da pluralidade, e é preciso o gerenciamento dos negócios humanos pelos grupos e em grupos.

Arendt mencionou pela primeira vez a expressão “banalidade do mal” depois do julgamento de Eichmann. Ela ficou perplexa, espantada com o que viu e ouviu: “foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo percurso de maldade nos ensinou – a lição da temível banalidade do mal que desafia as palavras e os pensamentos.” (ARENDR, 1999, p. 274). Desde então, Arendt vincula a “banalidade do mal” com irreflexão¹ e com a falta do pensar². A mesma afirma que os atos cometidos por Eichmann não tinham nada de demoníaco ou monstruoso, visto que a única característica era a irreflexão. Foi esta ausência de pensamento, uma experiência tão comum na vida do homem, que despertou o interesse de Arendt para o tema da “banalidade do mal” (ARENDR, 2008, p. 18).

Eichmann era um homem comum: ele não era nenhum mostro, não tinha defeitos morais, inclinações ideológicas, rancores racionais ou problemas de inteligência. Ele não pensava nos seus atos. Em seu julgamento, ele foi visitado por psiquiatras e pastores que não encontraram nada de anormal no seu comportamento; ao contrário, seu comportamento era desejável, visto que ele era um homem de “ideias muito positivas” (ARENDR, 1999, p. 37).

¹ A irreflexão, a imprudência temerária ou a irremediável confusão ou a repetição complacente de ‘verdades’ que se tornaram triviais e vazias – parece ser uma das principais características do nosso tempo. O que proponho, portanto, é muito mais simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo (ARENDR, 1991, p. 13).

² O pensamento para Arendt é um atributo especial, e segundo ela, “os homens têm uma inclinação, talvez uma necessidade de pensar” (ARENDR, 2008, p. 11). O pensar é uma tarefa humana e ninguém pode eximir-se dela. Para Arendt a ausência de pensamento relaciona-se ao mal.

Com isso, Arendt afirma que o mal não possui raízes e nem profundidade. No caso de Eichmann, o mal foi extremo, superficial e com consequências desastrosas. A falta de pensamento, de reflexão, somada a distância da realidade, é que permitem que o homem possa realizar atos até então nunca vistos. Arendt afirma que (ARENDR, 1999, p. 311) a lição que se pode aprender do julgamento de Eichmann é que o ser humano “através do distanciamento da realidade mais o desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos”. Eichmann não cometeu nenhum crime horrendo. Ele apenas fez seu trabalho: esse trabalho era o de enviar pessoas, em vagões de carga, para os campos de concentração e de extermínio. As ações cometidas por Eichmann não se fundamentavam na inveja, no ódio, na ideologia e muito menos na estupidez. O “mal banal” não é um mal comum, mas pode ser considerado comum. A “banalidade” não é a normalidade, entretanto passa-se por ela, ocupando indevidamente o lugar da normalidade. O mal por si nunca é trivial, por isso, ele pode acontecer novamente e de forma mais cruel. O mal do Totalitarismo foi transformar pessoas em coisas e essas não tinham mais o direito de viver. Hoje, se vive numa sociedade do individualismo e do consumismo e essa maneira de viver está se tornando comum, banal. Por esse individualismo e por esse consumismo, vidas estão sendo dizimadas, seja na forma de desemprego, seja pelo tráfico de drogas ou até mesmo pela economia mundial, já que a “banalidade do mal” está inserida na sociedade e pode vir disfarçada em seu dia a dia.

A reflexão sobre esse mal que assola o mundo vem de um contexto específico, de uma sociedade de massa, originário da Europa Ocidental que vivia momentos políticos difíceis. O homem dessa sociedade é um ser isolado, desolado, desagregado, o qual não se relaciona mais com os seus semelhantes e consigo mesmo. É um sujeito não político. É incapaz de pensar e de julgar. É capaz somente de fazer o mal, porque não emprega a “vida do espírito” que possui. Esse homem torna-se supérfluo, assim como afirma Arendt: “eu não sei o que é o mal radical, mas sei que ele tem a ver com esse fenômeno: a superfluidade dos homens enquanto homens” (ARENDR *apud* SCHIO, 2006, p. 65). Quando Arendt afirma que não sabe o que é o mal radical, mas que ele tem a ver com a superfluidade dos homens, ela retorna ao Kant e ao ideal da dignidade humana. Ao fazer isso, explicita sua compreensão de que a destruição da dignidade humana ocorre precisamente no homem quando considerado supérfluo. O imperialismo e o totalitarismo tornaram o

homem supérfluo. O homem pode tornar-se apolítico no momento em que o Estado tira o direito desse cidadão de expressar livremente seus pensamentos e trabalhar pela sua comunidade. Dessa forma, os indivíduos foram transformados em números, foram discriminados e exterminados.

No terceiro capítulo, será tratada da ética da responsabilidade, associada aos conceitos de política e de *amor mundi*. Serão pensados tais itens, embasados na Filosofia Política de Arendt, e com a sua experiência na cobertura do julgamento de Eichmann. A construção ética para Arendt tem como pressuposto a ação, e a mesma está pautada nos atos que são praticados pelos homens na sua pluralidade. A ação política, para Arendt, fundamenta-se nos próprios homens e o seu conteúdo ético é a responsabilidade pelo mundo e pelo que será deixado de bom para as gerações futuras.

A política, para Arendt, visava um espaço comum, um local no qual ocorria a convivência com as diferenças, visto que é através das mesmas que os homens buscam a construção de consensos. Por isso, a política é necessária à vida humana, não apenas para a comunidade ou para a sociedade em que se vive, mas para todos os indivíduos na sua pluralidade. O homem depende de outras pessoas para sua existência, ele precisa de normas, leis, e de pessoas que os representem na política. Arendt afirma que “a política existe em todas as épocas e lugares onde haja vida humana em comum, em qualquer situação no sentido histórico e civilizatório” (ARENDR, 2009, p. 170). De fato, a política existe para todos sem exceção e ela é um fim e não um meio.

Arendt também afirma que cada cidadão deve ser ético, por isso, em Arendt, a ética está relacionada com a responsabilidade pelo mundo. Dessa maneira, a ética baseia-se pelos apelos constantes do que não se deve fazer, pois, o mundo é de todos, e a sua preservação depende da ação de cada indivíduo. Schio (2006, p. 228) salienta que a ética é objetiva e individual, ao tratar com o mundo externo. Já a responsabilidade é do sujeito, é do agente. “A ética é pessoal. A questão ética refere-se aos indivíduos tratados particularmente”. Assim, a vida humana caracteriza-se pelo agir, pelo falar e por estar entre os homens, participando ativamente do espaço público e sendo responsável.

2 TOTALITARISMO

A experiência política do século XX revelou o surgimento de um novo tipo de “mal”³ que se instalou na sociedade, até então ainda não conhecido pela Humanidade. O Fenômeno Totalitário Nazista (1933-1945) obrigou a sociedade a reavaliar a ação humana para que não aconteçam novos conflitos como aqueles da Europa Ocidental da primeira metade do Século XX. Neste contexto, a partir do Governo Totalitário, Hannah Arendt (1906 – 1975) reflete sobre a questão do mal na Filosofia Política. Ela (1968, p. 54) afirma que: “as implicações manifestas no evento concreto da dominação totalitária vão muito além das mais radicais ou ousadas ideias de quaisquer desses pensadores”. O pensamento de Arendt é uma fonte teórica profícua para tratar de tais temas visando o humano para que não seja mais descurado.

Arendt escreveu o primeiro manuscrito de *Origens do Totalitarismo*⁴ em 1949, mais de quatro anos após a derrota do Governo Nazista de Hitler na Alemanha (1945), do Fascismo italiano (1919) e a menos de quatro anos da morte de Stalin (1878-1953). Nesta obra, Arendt afirma que o Totalitarismo é uma forma de governo diferente de todas as anteriores (tirantias, ditaduras, etc.). O Governo Totalitário utilizou de propaganda, para transformar as pessoas em “massa de manobra” que seguiam cegamente o líder, promovendo assim a substituição do sistema partidário por uma política exterior expansionista de “dominação total”. Por isso, é preciso ter muita cautela ao usar a palavra Totalitarismo, como a autora (ARENDR, 1989, p. 343) explica: “que o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir com a vida humana digna e plena”. Tinha escassez e incerteza de novas fontes sobre o assunto, na época em questão (1949 – 1951).

Arendt, ainda nesta obra, expôs que o antissemitismo e o Imperialismo estão na origem do Totalitarismo, entretanto o racismo foi apenas uma das raízes do ocorrido. Ou seja, havia racismo⁵ na Europa, antes do Nazismo, e naquela época,

³ Existem vários tipos possíveis de mal, tais como: o mal religioso, o mal físico, o mal metafísico, o mal psicológico e o mal político.

⁴ A primeira edição da Obra foi lançada em 1951, e a segunda em 1958.

⁵ A ideologia racial acompanhou o desenvolvimento da sociedade das nações europeias, até se transformar em arma que aniquilaria essas nações. Na França o racismo foi contra os gauleses e os romanos. Tomaram suas terras e o “direito da conquista” ficou com os mais fortes. Na Alemanha, o

apenas na Alemanha ele se tornou uma “política de governo”. O Totalitarismo⁶ é uma organização, que funciona em torno de uma ficção: a realidade da sociedade era construída pelo partido, para que os membros dela se comportassem⁷ com as normas exigidas pelo Regime. No Governo Totalitário somente há espaço para a submissão e à obediência cega. Sem cidadão, não há o direito à liberdade⁸, à pluralidade⁹ e à espontaneidade humana¹⁰. E o Governo Totalitário tem como objetivo supremo a dominação total, sendo que isso foi admitido abertamente. Sobre isso Arendt afirma que (2008, p. 268):

A dominação total só é alcançada quando o ser humano, que de alguma maneira sempre é uma mistura de espontaneidade e condicionamento, foi transformado num ser completamente condicionado, cujas reações podem ser calculadas mesmo quando ele é levado à morte.

Arendt ao refletir sobre o Totalitarismo afirmou que era preciso compreender esta novidade. Souki salienta que o conceito de novidade é um dos pontos mais significativos da obra de Hannah Arendt. Conforme Souki (1998, p.39),

A compreensão profunda das implicações disso nos faz reconhecer a pertinência do conceito de banalidade do mal, no quadro da filosofia contemporânea. Embora o conceito de novidade não seja tratado com especificidade, isto não impede que ele perpassasse de ponta a ponta todo o pensamento da autora.

O conceito de novidade é lançado em *Origens do Totalitarismo*, e depois foi retomado em *Entre o Passado e o Futuro*. Souki alega que o conceito de inovação é sinônimo de criação o que gera a ação. Segundo Souki, ação e criação não se separam. Nesse tipo de domínio ocorre a abolição da liberdade humana, ou seja, o

racismo foi contra os estrangeiros. O governo buscou despertar no povo a consciência de uma origem comum. Na Inglaterra foi contra os colonizados (asiáticos, africanos).

⁶ Schio (2006, p. 37) explica que o Totalitarismo instalou-se num momento da História, em que a tradição não estava forte o suficiente para sustentar as ações e as crenças de uma nação. Ele foi considerado como uma forma de individualismo e de algum mal político supremo.

⁷ No Regime Totalitário, com o desaparecimento da esfera pública, isto é, do encontro dos seres humanos, enquanto cidadãos, desapareceu a ação nos temas arendtianos. Para Schio, a ação humana é feita pela palavra e pela ação. Na convivência com ou outros e também na vida política (SCHIO, 2006, p. 169).

⁸ A liberdade em Hannah Arendt só existe enquanto na política.

⁹ A pluralidade, segundo a autora, refere-se à condição humana dos habitantes do Planeta Terra em conjunto, mas enquanto seres únicos (singulares).

¹⁰ A espontaneidade ocorre na ação, e não no comportamento, pois para sua ocorrência é necessária a liberdade.

desejo de Hitler era obedecido por seus seguidores sem questionamentos. Isso demonstra que o líder não respeitava a hierarquia do partido, mesmo que não estivesse evidente a hierarquia do mesmo. No Nazismo, o poder e a autoridade¹¹ segundo Arendt (1989, p. 455), emanavam diretamente de Hitler, já que não havia intermediários. Neste momento, é oportuno refletir sobre como “este regime” conseguiu obter e manter-se no poder. Segundo Schio “no sistema totalitário, o indivíduo é transformado em algo que compõe a sociedade.” (SCHIO, 2006, p. 45). O homem no Estado Totalitário, sendo privado da política, poderá começar a fazer parte da engrenagem da sociedade de massa, pois ele é um sujeito apático, impotente e as suas preocupações são em níveis pessoais e não comunitárias. Ele é consumista, individualista e vive numa rotina de automatização, assim, o homem fica submisso ao sistema e o governo considera todos os seres como iguais.

Dessa forma, Schio afirma que para compreender o século XX é preciso analisar a Alemanha nazista, e assim poder entender o mundo em que se vive, ou seja, o mundo contemporâneo. Faz-se necessário não esquecer a tradição¹², porque ela fornece as normas para agir. Conforme Schio (SCHIO, 2006, p. 32): “os acontecimentos do passado não iluminavam mais o presente e não traziam garantia para o futuro”. No momento em que isso ocorre, o futuro é incerto, pois não tem mais a segurança de como agir. Indubitavelmente, a tradição norteia a vida das pessoas por meio da autoridade, e tem por objetivo manter o agir, conhecendo e participando do mundo que os cerca.

O Totalitarismo¹³ dispôs o seu Governo com uma administração burocrática, a qual possuía uma fachada ostensiva e visível. Hitler foi eleito, em 1933, por meio

¹¹ Para Arendt, o conceito de autoridade envolve a obediência e a hierarquia. A autoridade guia a ação em alguns momentos e o faz baseado num poder prévio. A autoridade é exercida por um membro da comunidade, ou do partido, e a emissão do comando deve ser cumprida. Nesse sentido, a obediência se alicerça na confiança (SCHIO, 2006, p. 207).

¹² A tradição garante as normas para o agir, pois está baseada na autoridade no transcorrer do tempo. A tradição é um fio condutor que liga o passado com o futuro através da experiência. Sem a tradição “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança no mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem” (SCHIO, 2006, p. 32 -53). A tradição fundamenta as experiências futuras, para que não aconteça o que ocorreu no Totalitarismo, as pessoas não conseguiram compreender e posicionar-se diante do ocorrido.

¹³ A estrutura política do Totalitarismo pode ser comparada com uma “cebola”, a estrutura possui muitas camadas sem poder algum, cada camada fica invisível, imperceptível aos olhos humanos. Uma encobre a outra, por isso, ela é comparada a uma cebola. Não existe lei. A lei é a do Governante (SCHIO, 2012, p. 47).

de voto popular. A administração foi baseada no terror¹⁴ e na ideologia, na propaganda e pela polícia secreta SS. Este governo buscou eliminar todo conteúdo pessoal, todo o agir e toda a capacidade de reagir do homem. A administração, no Governo Totalitário, possuía pouco poder, para Schio (SCHIO, 2006, p. 45): “No Estado Totalitário, os indivíduos, ao invés de serem políticos, tornam-se passivos, devido ao predomínio das questões materiais, preocupações essas egoístas e utilitárias.”. O objetivo do Regime Totalitário divulgado pela propaganda totalitária era o de tornar a raça ariana pura¹⁵. Arendt afirma que estava perante a algo novo, porque o Totalitarismo não se limitava somente a destruir a capacidade política do homem, mas visava também destruir o homem jurídica e pessoalmente. O Totalitarismo isolou o homem da esfera privada, do convívio familiar e objetivava o isolamento até mesmo do seu próprio eu na sociedade de massa.

O Governo Totalitário queria dominar todos os níveis da vida humana. Segundo Schio, o homem precisa de espaço e esse é uma necessidade para a vida do homem. De fato, é o local onde ele habita se “esconde” (lar), ou onde ele pode deslocar-se para todos os lugares, seja o espaço privado da intimidade de sua casa, de seu trabalho ou o espaço público, no qual os cidadãos se reúnem para discutir e planejar ações que dizem respeito ao coletivo.

As classes sociais¹⁶ foram sendo extintas no Nazismo, porque as pessoas que estavam acostumadas a participar dos sindicatos e de agremiações ou de qualquer outro movimento no qual podiam representar o povo e os seus interesses na esfera pública lhes foi tirado. Ou foi-lhes afirmado que era desnecessária a sua participação, mas as massas que sempre foram desorganizadas, alienadas e apáticas iniciaram uma busca por espaços para expressar suas insatisfações. Arendt (ARENDR, p. 365) afirmou que:

A queda das paredes protetoras das classes transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa grande

¹⁴ “O terror tem a função de proporcionar as forças da natureza ou da história um meio de acelerar o seu movimento. Ele tende a eliminar a liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar algo de novo. O terror executa as sentenças de morte que a Natureza pronunciou contra as raças ou indivíduos que não merecem viver, ou que a História decretou contra as classes agonizantes, sem esperar pela natureza ou pelo processo de eliminação” (ARENDR, 1989, p. 518-519).

¹⁵ Um dos temas principais das propagandas totalitárias era a questão da pureza da raça ariana. A propaganda faz parte da guerra psicológica. A propaganda totalitária é usada para dar realidade às suas doutrinas ideológicas.

massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs e que, conseqüentemente, os mais respeitados, os mais eloquentes e representativos membros da comunidade eram uns néscios e que as autoridades constituídas eram não apenas perniciosas, mas obtusas e desonestas.

Essa massa descontente estava presente em toda a Europa, no Nazismo com o Imperialismo, deixando rastros na sociedade. A ralé mostrava os padrões do homem de massa que se sentia injustiçado e fracassado, devido a uma economia que crescia assustadoramente pela busca ilimitada de poder. E Arendt afirmou que esse sentimento de frustração não era só de um homem, pois se tornou um fenômeno de toda a massa. Assim, com o Imperialismo, surgiu a ralé (sociedade sem classe, sem partido, etc.). O homem de massa que, ao unir-se à burguesia, gerou um novo tipo de ser: aquele que quer se dar bem a qualquer custo.

O Totalitarismo definiu seus inimigos por sua ideologia¹⁷ muito antes de tomar o poder. A polícia secreta já tinha inimigos declarados, um “inimigo objetivo” como Arendt explicou (ARENDR, 1989, p. 474): “Na prática, o governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo o mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa – com certa plausibilidade – matá-la em autodefesa.”. O líder usou a polícia secreta, da propaganda e das mentiras políticas para engendrar seu domínio, o Governo Totalitário transformou o homem em uma coisa que compõe a sociedade, sendo assim a individualidade do homem passa a não existir mais nessa forma de governo, visto que ele passa a ser um instrumento da máquina estatal, concordando com o regime vigente.

Joseph Goebbels, Ministro de Propaganda do Reich, aperfeiçoou a técnica de ensinar que uma mentira repetida muitas vezes acaba se tornando verdade. Por meio da violência, do terror e da manipulação, os alemães (entre outros) foram preparados para a guerra e para o assassinato de milhões de pessoas. A propaganda no Regime Totalitário continha temas racistas, defendendo a superioridade da raça ariana. Segundo Arendt, a ralé¹⁸ e a burguesia foram atraídas

¹⁷ A palavra ideologia é literalmente o que o nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a História, a qual a ideia é aplicada. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguissem a mesma lei adotada na exposição lógica da ideia. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico, os segredos do passado e as complexidades do futuro (ARENDR, 1989, p. 521).

¹⁸ A ralé é um grupo de pessoas que são constituídos por restos de todas as classes sociais. A ralé clama por um “líder forte” e odeia a sociedade e o parlamento da qual os excluíram e eles

pela “ousadia” do Totalitarismo. Nos Estados Totalitários, a propaganda servia apenas para formar e conduzir a opinião pública conforme os interesses e a ideologia do domínio totalitário. De acordo com a autora, a propaganda foi parte integrante da “guerra psicológica” que o Regime Totalitário usou durante a dominação. Dessa forma, ela é usada e dirigida para um “público de fora”, seja do próprio país ou de outros países do exterior. Arendt (1989, p. 391) observa ainda que:

Por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que comumente chamamos de propaganda. Mas essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora – sejam camadas não totalitárias da população do próprio país, sejam os países não totalitários do exterior. Essa área externa à qual a propaganda totalitária dirige o seu apelo pode variar grandemente; mesmo depois da tomada de poder, a propaganda totalitária pode ainda dirigir-se aqueles segmentos da própria população cuja coordenação não foi seguida de doutrinação suficiente.

A propaganda totalitária foi um dos instrumentos mais importantes do Totalitarismo para enfrentar o mundo não totalitário. O sucesso da propaganda totalitária deve-se ao desinteresse das massas por si próprias. Arendt afirma que (1989, p. 397): “muito antes da tomada do poder, mostrava claramente quão pouco as massas se deixavam motivar pelo famoso instinto de autoconservação”. Essa camada de “massa” da população, por não pertencerem a nenhuma associação social ou política, ficaram vulneráveis aos ataques da propaganda nazista.

A propaganda totalitária possuía um “ar do cientificismo”, ou seja, afirma-se embasada em conhecimentos oriundos da ciência. Hitler em seu livro *Mein Kampf* usa o exemplo do sabonete. Ele afirma que se o anunciante não enfatizar as qualidades de seu produto ele não vai atrair o consumidor e não vai vender o seu produto. Então, ele precisa de artifícios para atrair a atenção do consumidor. Nesse sentido, ele usa argumentos científicos como: se você não usar o sabonete, você vai ficar espinhenta e não vai arrumar namorado¹⁹. Arendt afirma que o cientificismo

acreditavam que a verdade era tudo aquilo que a sociedade hipocritamente tinha acobertado com a corrupção (ARENDR, 1989, p. 129).

¹⁹ Os anúncios publicitários e a propaganda nazista têm um certo elemento de violência em seus conteúdos. No caso do sabonete, o fabricante afirma que se as mulheres não usarem determinada marca, podem viver toda a vida, espinhentas e solteiras. Tanto no caso da publicidade comercial como no da propaganda totalitária, a ciência é apenas um substituto do poder (ARENDR, 1989, p. 394).

totalitário é caracterizado pela insistência na “profecia científica”. E de fato, a ciência tornou-se uma espécie de cura milagrosa para todas as coisas, tornando-se a cura algo comum como se em um passe de mágica tudo fosse resolvido e todos os males fossem curados.

No Governo Totalitário existia um instrumento de persuasão muito forte, que era o seu líder e tal tinha como principal qualidade a infalibilidade: ele jamais poderia admitir seu erro. Desse modo, enquanto está no poder, esse líder da “massa de manobra” vai cuidar que seus presságios tornem-se verdadeiros. Nesse sentido, Arendt afirma que o efeito propagandístico da infalibilidade (ARENDR, 1989, p. 398) “estimulou nos ditadores totalitários o hábito de anunciar as suas intenções políticas sob a forma de profecias”²⁰. E Hitler estava anunciando que iria começar a guerra para matar os judeus da Europa, entretanto o método de propaganda da infalibilidade só é infalível depois que os movimentos tomam o poder.

Ademais, a propaganda totalitária utiliza-se da ficção: a propaganda faz com que as pessoas não observem a realidade dos fatos, e que eles não consigam analisar a situação em que se encontram, mas que vivem numa “vida fantasiosa”. E seguindo tais preceitos, é que os fatos foram encadeados logicamente para que fossem aceitos sem questionamentos. Segundo Arendt (1989, p. 401):

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência: não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte.

Os fatos inventados e a ficção foram usados, segundo a autora, nas propagandas, para iludir as massas, visto que o homem pertencente à massa perde o senso da realidade²¹, o que permite que a grande maioria passe a não enxergar a

²⁰ O Exemplo mais famoso deste anúncio feito por Hitler foi em 1939 para o *Reichstag*: “Desejo hoje mais uma vez fazer uma profecia: caso os financistas judeus (...) consigam novamente arrastar povos a uma guerra mundial o resultado será (...) a aniquilação da raça judaica na Europa (ARENDR, 1989, p. 398).

²¹ As massas desejam fugir da realidade, porque são excluídas da sociedade e do mundo em que vivem. Ao fugir da realidade, essas pessoas emitem um parecer contra o mundo e a sociedade em que estão inseridos e são forçados a viver, mas que ao mesmo tempo não podem existir. As consequências da fuga da realidade resultam em apatia, perda de *status* social e de todas as relações sociais que um cidadão possa pertencer. Outra característica das massas, nesses momentos de fuga da realidade, é que, para enfrentar uma crise, uma guerra, um conflito, as massas

verdade sobre o Governo Totalitário. Assim, a ficção da mentira totalitária promove um “ar de coerência e de realidade” e através disso o Governo Totalitário conseguiu a adesão das massas devido à realidade subjetiva e artificial. Ademais, suas promessas eram transformar a Alemanha num país desenvolvido, com trabalho, vida confortável para todos e a pureza da raça ariana, vingando-se dos seus inimigos. Os judeus eram os inimigos do Governo Totalitário, porque para eles, este povo era o responsável pela ruína de seu país.

A propaganda totalitária utilizou-se das classes inferiores para dar força ao seu movimento. Isso porque, as massas que sempre foram excluídas da sociedade e do mundo da qual faziam parte, este mundo do desamparo, que teve início no século XVII, com a expropriação e a destruição das comunidades, na qual, as pessoas ficaram sem casas, sem trabalho e foram para as cidades sem auxílio algum. Assim, elas se identificaram com a ideologia e com a propaganda nazista, restaurando através desse ideal a sua dignidade de ser humano. Nesse sentido Arendt, afirma que (1989, p.406):

Através desse tipo de propaganda, o movimento podia apresentar-se como extensão artificial das reuniões de massa, e racionalizar os fúteis sentimentos de empáfia e de histérica segurança que oferecia aos indivíduos isolados de uma sociedade atomizada.

Cada vez que um grupo de pessoas, que compõem essa “massa de manobra”, se reúne, os indivíduos se sentem mais confiantes, mais fortes, e com isso o poder do Estado Totalitário aumenta.

O verdadeiro objetivo da propaganda totalitária consistia na organização e Arendt afirma que os movimentos totalitários tinham novos métodos e formas de organização, no entanto nunca prepararam uma nova ideologia que não fosse popular. Segundo a autora (1989, p. 411): “não são os sucessos passageiros da demagogia que constituíam as massas, mas a realidade palpável e a força de uma ‘organização viva’”. Nesse sentido, Hitler, como um bom orador, conquistou as massas dizendo-lhes que eles teriam dias melhores, que teriam suas propriedades e que acabaria com todas as diferenças sociais, e de fato, ele exercia um grande fascínio sobre o povo. Em referência a isso esclarece Arendt acerca do fascínio e seus efeitos (ARENDR, 1989, p. 355):

escolherão pagar com suas próprias vidas, porque pagando com suas vidas elas podem manter um mínimo de respeito por si próprias, segundo Arendt (1989, p. 402).

O fascínio é um fenômeno social, e o fascínio que Hitler exercia sobre o seu ambiente deve ser definido em termos daqueles que o rodeavam. A sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser, de sorte que um louco que finja ser um gênio, sempre tem certa possibilidade de merecer crédito, pelo menos de início. Na sociedade moderna, com a sua falta de discernimento, essa tendência é ainda maior, de modo que uma pessoa que não apenas tem certas opiniões, mas as que apresentam num tom inabalável convicção, não perde facilmente o prestígio, não importa quantas vezes tenha sido demonstrado o seu erro. Hitler descobriu que o inútil jogo entre as várias opiniões e a “convicção (...) de que é tudo conversa fiada”.

Hitler soube utilizar deste artifício, pois ele usou a propaganda para encorajar a grande massa a fim de lutar pela organização. E embora essas pessoas não possuíssem opiniões próprias, acabavam seguindo fielmente o que o líder os ordenava. Desse modo, o desejo do *Führer* é sempre eficaz e está sempre em movimento e tal desejo é a lei do Partido. A hierarquia está eficazmente treinada para obedecer ao desejo do Líder e esse torna-se insubstituível, porque toda a complicada estrutura do movimento perderia a sua *raison d'être* sem as suas ordens, segundo Arendt (1989, p. 424). Dessa maneira, o líder está protegido pelo grupo que o cerca, devido à convicção de que sem ele o movimento não existiria.

Além dessas táticas, o Governo Totalitário criou novas organizações políticas e destruiu todas as instituições tradicionais do país, seja na esfera civil, na jurídica e na política. Ainda incitou a fragmentação das massas, apoiando-se no emprego da ideologia e do terror. Para Arendt (1989, p. 512), nenhuma organização tradicional, com valores morais, éticos ou mesmo, de bom senso, podia “ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação”. O que aconteceu no Totalitarismo induz a crer que as “massas de manobra” aceitaram fazer tudo sem exigir nenhum questionamento. A lei era ditada por um só homem, o *Führer*. Seus governados viviam num estado sem leis legais e o medo era constante. De fato, o terror torna-se total quando independe de toda a oposição. Referente a isso, Arendt afirma (1989, p. 517) que: “o terror é a essência do domínio totalitário”, deixando suas vítimas “acorrentadas” ao sistema vigente.

Ademais, o terror é um meio utilizado para intimidar e para persuadir as pessoas por meio do medo da morte. O terror totalitário é originado fora da lei, já que é exercido em muitos casos para derrubar os limites da lei que protege a liberdade humana e o mesmo só chega ao fim nos Governos Totalitários, quando as

peças são completamente dominadas e quando não há mais oposição. Arendt afirma (2008, p. 321):

O terror genuinamente totalitário aparece apenas quando o regime não tem mais inimigos a prender e torturar até a morte, e quando as várias classes de suspeitos foram eliminadas e não podem mais ficar sob a “prisão preventiva”.

Assim, afirma-se que o terror é a lei em movimento, devendo eliminar do processo a liberdade que está no nascimento do homem e na sua criatividade. Além disso, ele propaga-se livremente pela humanidade sem que o homem possa impedi-lo. Sendo assim, os nazistas escolheram suas vítimas, seus inimigos e usou do terror para eliminá-los. No Governo Totalitário o terror torna-se legal quando a lei é a lei do movimento, seja da natureza²² ou da História²³. Para Arendt (1989, p. 517):

O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as “partes” em benefício do “todo”. A força sobre-humana da Natureza ou da História tem o seu próprio começo e o seu próprio fim, de sorte que só pode ser retardada pelo novo começo e pelo fim individual que é, na verdade, a vida de cada homem.

O Governo Totalitário, por meio do terror, retirou das pessoas o direito à liberdade e à liberdade política, que é o direito que o homem tem de se encontrar num ambiente público e de discutir problemas das sociedades em que vive. Ademais, ele pressiona o homem contra o outro e destrói o espaço comum entre eles. Nesse sentido Arendt assegura (1989, p. 518):

²² Lei da Natureza - A teoria evolucionista de Darwin pode ser descrita da seguinte forma: as espécies de seres vivos se transformam ao longo dos tempos, pois sofrem seleção natural, que prioriza os seres mais adaptados ao ambiente em que vivem, devido a suas características serem adequadas ao meio onde vivem. Assim, a força que gera a transformação das espécies no decorrer do tempo é a seleção natural. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/evolucionismo-selecao-natural-e-a-ideia-central-do-darwinismo.htm>> Acesso em: 05 de mai. 2013.

²³ Lei da História - As leis da História, para Marx, podem ser representadas, portanto, como uma sucessão de modelos de produção que condicionam as relações sociais. Para Marx, as ações humanas são determinadas pelo conflito entre as classes no seio do modo de produção que orientam as relações de trabalho. Esse movimento garante à História um princípio contínuo e evolutivo, por isso, ainda é esperado pelos seguidores de Marx. Disponível em: <<http://www.historiaemperspectiva.com/2012/01/materialismo-historico-dialetico.html>> Acesso em: 05 de mai. 2013.

O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural ou histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade em todo o sentido específico, mas a própria fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo.

O terror elimina a pluralidade do homem, tirando-lhe o direito à liberdade de expressão e de agir em conjunto, eliminando toda e qualquer liberdade humana, fazendo com que ele aja de acordo com suas sentenças e leis. Ele também escolhe suas vítimas e inclusive, seus algozes. Para Arendt, o Sistema Totalitário tinha como princípio, ou como regra, preparar seus subordinados e suas vítimas a se ajustarem em seus papéis e tal preparação, que substituiu a ação pela inação, chama-se ideologia. A ideologia nazista servia para mostrar para a população que tudo estava em perfeita harmonia, dessa forma, eles poderiam cometer seus crimes, sem chamar a atenção dos países não totalitários. Na série, *O Holocausto*, por exemplo, o Gueto de Varsóvia era uma “fachada perfeita” da propaganda e da ideologia nazista. Aos olhos dos países não totalitários, esse Gueto era considerado como uma cidade normal, visto que tinha teatro, escola, banco com judeus nas ruas, entretanto na realidade, era somente ficção. Todos eram atores, pareciam que estavam em um teatro. Atrás desta fachada, funcionava um gueto como os outros; era um local de concentração de pessoas indesejadas pelo Regime Nazista. Em referência às ideologias, Arendt. (2009, p. 217) salienta que:

O que as ideologias totalitárias têm a dizer sobre a escravização do homem pelo processo que ele próprio desencadeou é, no final das contas, um espectro refutado pelo fato de que os homens são senhores do mundo que construíram e ainda mestres do potencial destrutivo que criaram.

O terror e a ideologia destroem toda e qualquer relação entre indivíduos, tanto na esfera pública como na esfera privada. O Governo Totalitário tem como objetivo provocar o isolamento entre os homens, porque o homem isolado é impotente por definição. Arendt (1989, p. 526) afirma que o: “isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foi típica das tiranias”. O terror e a ideologia têm a capacidade de isolar o homem de si mesmo e da sociedade, mas mais do que isso, o terror e a ideologia totalitária aniquilam a habilidade humana de sentir, de pensar e de agir.

As ideologias pretendem conhecer os mistérios, os segredos do passado, as complicações do presente e as incertezas do futuro. Conseqüentemente, o pensamento ideológico tem três elementos que são especificamente totalitários.

- 1) As ideologias têm a tendência de analisar o que não é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa. Elas estão preocupadas com a História;
- 2) As ideologias treinam as pessoas para serem soldados políticos, e a doutrinação é particularmente ideológica, pois quando chegam ao poder, alteram a realidade segundo suas convicções,
- 3) As ideologias não têm o poder de transformar a realidade, porém conseguem libertar e adaptar o pensamento das pessoas por meio de demonstrações.

Segundo Arendt, o Governo Totalitário tem a tendência de transformar a realidade em ficção e usar a sua ideologia como “arma” para conseguir atingir o objetivo proposto. Tal processo lógico da ideologia libertava o pensamento das pessoas da experiência, perpetrando a irrealidade na mente delas. Assim, Arendt afirma que através desta irrealidade, cria-se a mentira política²⁴, e que de fato, ela é aquela que altera o curso dos acontecimentos e as opiniões dos cidadãos. Para Schio (2006, p. 214) o mentiroso cria o cenário que deseja apresentar, assim ele prevê o impacto que pretende obter nos receptores. É evidente que o Governo Totalitário fazia com que as pessoas permanecessem submissas ao seu regime através da mentira política e sobre isso Arendt afirma que (1989, p. 524):

O expediente que ambos os governantes Stalinista e Nazista totalitários usaram para transformar suas respectivas ideologias em armas, com as quais cada um dos seus governados podia obrigar-se a entrar em harmonia com o movimento do terror, eram enganadoramente simples e imperceptível: levavam-nas mortalmente a sério e orgulhavam-se, um do seu supremo dom de “raciocínio frio como o gelo” (Hitler), e o outro, da “impiedade da sua dialética” (Stalin).

²⁴A mentira relevante para Arendt é a mentira política, aquela que visa a alterar os fatos, os acontecimentos e a opinião das pessoas. Os dados são eliminados. Na mentira política, o governo elabora um cenário propício para a realidade que ele quer apresentar. Esta mentira gera desconforto, desconfiança e apatia. A mentira política tem como objetivo destruir a noção da realidade, destruindo a capacidade dos homens de agir em conjunto, de discutir e de conviver com seus semelhantes. Nesse sentido, a mentira política, é uma ação política, pois depende da realidade: liberdade daquele que distorce a realidade, e os membros aderem ao partido sem questionar. A partir do momento que o cidadão adere à mentira ele não é mais livre, mas está vivendo num mundo de ilusões (SCHIO, 2006, p. 214).

Hitler e Stalin foram os maiores ideólogos totalitários, no entanto eles só conseguiram alcançar o objetivo, devido ao apoio e ao isolamento do povo. Esses dois fatores levam à impotência, e estes dois requisitos são solos férteis para o terror reinar. O Governo Totalitário não só destruiu a vida privada, mas também a vida política das pessoas. Ele tomou o direito do povo de pertencer a este mundo²⁵, o qual pertence a todos os seres humanos.

2.1 O MAL TOTALITÁRIO

As reflexões de Arendt acerca do “mal totalitário” partem do horror que se estendeu pela política e a moral no Governo Totalitário. Arendt denominou a política exercida pelo Governo Nazista como “a Guerra Total”²⁶, a qual aconteceu na Alemanha e na Europa. Todavia, as consequências destes conflitos repercutiram pelo mundo todo. Arendt afirma que: “o extermínio de povos inteiros, e a destruição total de civilizações [...] foram trazidas de um só golpe à sombria esfera do mais que possível” (2009, p. 220). O “fato consumado” na experiência totalitária foi adentrado com a ideologia e o terror como uma nova forma de governo e de dominação dos povos. Esse mal totalitário baseado na ideologia, no terror e na brutalidade dos atos foi considerado sem precedentes na História e de difícil julgamento, pois o Totalitarismo fez com que as pessoas cometessem o mal sem que se sentissem culpados ou mesmos responsabilizados por eles.

O Totalitarismo organizou o massacre de “povos inteiros”. Os indivíduos pertencentes a essas nações perderam seus bens materiais, sua liberdade, inclusive a liberdade política. “Quando um povo perde a sua liberdade política, perde a sua realidade política, ainda que consiga sobreviver fisicamente” (ARENDR, 2009, p. 221). Pensar sobre essa nova forma de organização política e sobre esse mal totalitário é um desafio, visto que os homens são capazes de cometer o mal com seus semelhantes. Segundo a autora, quando crimes como esses acontecem, o que se extingue é o discurso e a ação, os quais são criados pelas relações humanas. O

²⁵ O mundo, para Arendt, significa o “lar” construído pelo homem e fabricado com a matéria prima que a natureza fornece para que os homens a transformem em produtos manufaturados. Arendt afirma que o mundo consiste não de coisas que são consumidas, mas de coisas que são usadas. A vida humana consegue viver neste mundo pela natureza e pela terra (ARENDR, 2010, p. 167).

²⁶ O conceito de “Guerra Total” originou-se dos Governos Totalitários, nos quais esta guerra era de aniquilação. Aniquilação de países e de seus povos. A guerra total foi proclamada pelos países sob o Regime Totalitário e sua ação foi sob países não totalitários (ARENDR, 2009, p. 219).

Governo Totalitário destruiu todas as relações humanas existentes entre os povos chamados de “inimigos objetivos”²⁷. Arendt situa o Totalitarismo no campo da política e num contexto histórico determinado. Segundo ela (1989, p. 22):

A política totalitária – longe de ser simplesmente antisemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista – usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos – realidade da luta de classes, por exemplo, ou dos conflitos de interesse entre os judeus e os seus vizinhos, que fornecia aos ideólogos a força dos valores propagandísticos.

Arendt situa, portanto, o mal totalitário nas suas narrativas e nos seus levantamentos sobre a perseguição aos judeus e a outros povos. O “mal totalitário” ganhou força na medida em que a propaganda e a ideologia angariavam mais seguidores para o partido.

O problema do mal totalitário, é que o mal foi cometido por cidadãos normais, que não eram criminosos, que não agiram por convicção, enfim, eles entraram na “onda” e foram persuadidos pela propaganda e pela ideologia. Esses homens foram incapazes de pensar no que estavam fazendo, e não se responsabilizaram por seus atos. Por isso, diz-se que esse mal não tem raízes, não tem motivos, pois é superficial. De fato, foi através do Governo Totalitário que homens comuns se transformaram em os mais perigosos assassinos. Como mostra Arendt (2004, p. 320):

O que torna isso tão horrível é precisamente o fato de que esses monstros não eram sádicos num sentido clínico, o que é amplamente provado pelo seu comportamento em circunstâncias normais, e eles não tinham sido escolhidos para os seus monstruosos deveres com base nessa premissa. A razão pela qual foram para Auschwitz ou campos similares era simplesmente que, por um ou outro motivo, não estavam aptos para o serviço militar.

Arendt salienta que muitos dos homens que foram trabalhar nos campos de concentração, o fizeram por falta de oportunidade ou por não estarem aptos ao serviço militar. Entretanto, acredita-se que isso não os exime da culpa na morte de

²⁷ O “inimigo objetivo” é um grupo, um povo, uma nação, que independente de sua conduta ou de suas ações, pode ser discriminado, isolado, punido ou até mesmo eliminados. Os inimigos objetivos são suspeitos, por isso, são considerados como inimigos do governo vigente, principalmente do Governo Totalitário (LAFER, 2003, p. 44).

milhões de pessoas nos campos de concentração e de extermínio. Os campos de concentração²⁸ e de extermínio dos Regimes Totalitários, serviam como “laboratórios de horrores”²⁹ para mostrar ao mundo a crença fundamental do seu governo de que tudo é possível. Eles também serviam para transformar os homens em “coisas”, em algo que nem mesmo os animais o são³⁰, conforme Arendt (1989, p. 489) relata: “Existem numerosos relatos de sobreviventes. Quanto mais autênticos, menos procuram transmitir coisas que escapam à compreensão humana e à experiência humana – ou seja, sofrimentos que transformam homens em ‘animais que não se queixam.’”. Os relatos dos sobreviventes, segundo Arendt, mesmo sendo autênticos são de difícil compreensão, pois quem passou pelos campos e sobreviveram, não conseguem relatar o que realmente ocorreu. Não conseguiam distinguir o real da ficção. Denis Avey³¹relata que no campo tinha escravidão, surras, assassinatos em massa e também aleatórios, as câmaras de gás e o crematório. Faltavam-lhe palavras para descrever o horror vivido naqueles longos anos de tortura e de sofrimento.

Na crença do Totalitarismo de que tudo é possível, o Governo Totalitário procurou ordenar a pluralidade e a singularidade do ser humano. Eles queriam que todos os seres humanos fossem iguais. Arendt afirma (1989, p. 488):

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações. O problema é fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humana que se assemelhe a outras espécies animais, e cuja única “liberdade” consista em “preservar a espécie”.

²⁸Os campos de concentração e de extermínio existiam muito antes do Totalitarismo, e eram caracterizados por abrigar “elementos indesejáveis” do país, eram pessoas que não cometeram crime algum, mas por alguma razão tinham sido privadas de sua pessoa jurídica. Com a tomada do poder pelo Totalitarismo, os campos de início recebiam pessoas que eram contra o regime totalitário, e após 1938 retomaram seu crescimento com as prisões em massa do povo judeu e das pessoas consideradas indesejáveis. A grande maioria das pessoas dos campos eram inocentes, não eram criminosas e não tinham convicções políticas contrárias ao regime (ARENDR, 2008, p. 264-265).

²⁹ Os campos de concentração e de extermínio do Governo Totalitário eram laboratórios de horrores. Estão registrados em detalhes nos julgamentos contra os médicos do Terceiro Reich todos os crimes cometidos por eles nestes laboratórios – Laboratórios que eram usados para experimentos de todo o tipo (ARENDR, 1989, p. 488).

³⁰ Os campos de concentração eliminam a espontaneidade das pessoas, transformando homens em menos que um animal, a nada. Transformam os homens em simples feixes de reações, que sempre reagirão da mesma forma. O cachorro de Palov foi treinado para comer quando a campainha tocasse, e não quando ele tivesse fome. O Governo Totalitário tinha a capacidade de transformar seres humanos em animais pervertidos, tirando-lhes a singularidade e a identidade de seres humanos (ARENDR, 2008, p. 327).

³¹ AVEY,2011, p.197

Não existia mais liberdade no Totalitarismo. O Governo Totalitário usou os campos de concentração como instituição central do poder organizacional, porque isolaram os homens do mundo real, elaborando um mundo fictício. Os crimes cometidos nesses campos de concentração e de extermínio são imensuráveis, conforme Arendt (1989, p. 490) relata:

Para os que se dispõem a cometer crimes, convém organizá-los da maneira mais vasta e mais inverossímil. Não apenas porque isso torna inadequada e absurda qualquer punição prevista em lei, mas porque a própria imensidade dos crimes garante aos assassinos, que proclamam a sua inocência com toda sorte de mentiras, sejam mais facilmente acreditados do que as vítimas que diziam a verdade.

Hitler afirmava abertamente que para uma mentira ser bem sucedida, ela deve ser assombrosa, enorme. Ele escreveu, em seu livro, que os judeus seriam exterminados como insetos, com um gás venenoso. Ninguém acreditava nele, mas a mentira se tornou verdade. Os campos de concentração não são invenção³² dos Governos Totalitários. Os refugiados viviam em condições subumanas. Alguns obedeciam cegamente às ordens dadas, mas também havia suicídios, tentativas de fugas, assassinatos e até mesmo corrupção. Alguns chegavam a brigar por um pedaço de pão, por exemplo. A grande maioria entrava na câmara de gás, sabendo que estava indo em direção à morte sem dizer uma única palavra, no mais impressionante silêncio, sem nenhuma manifestação. É difícil compreender como podem ter acontecido tantos homicídios, tantas mortes em massa. Como é possível os homens se transformarem em seres apáticos? Arendt afirma que os campos de concentração são as instituições que caracterizam mais especificamente o Governo Totalitário tanto Nazista quanto o Stalinista.

A ordem do líder, o *Führer*, era o de exterminar o povo judeu e, além disso, era tratar as pessoas como se elas nunca tivessem existido, portanto, tudo deveria ser apagado juntamente com a sua vida. Sabe-se de que hoje, o homicídio é um “mal limitado”, segundo Arendt. Um assassino mata um homem, e a pessoa que foi morta deixa uma vida para trás, uma história, uma família. O assassino pode tirar a

³² Os campos de concentração surgiram pela primeira vez no começo do século XX, na Guerra dos Bôeres e também foi usado na I Guerra Mundial. A Guerra dos Bôeres aconteceu entre 1899 e 1902 e foi entre as forças britânicas e as dos generais bôeres. Os campos foram usados ainda na África do Sul e na Índia, e eram usados para os “elementos indesejáveis” da sociedade (ARENDR, 1989, p. 491).

vida dessa pessoa, porém não é possível eliminar a sua história³³. Já o Governo Totalitário exterminou milhões de pessoas e a ordem era a de não deixar vestígios. Assim, milhões de pessoas desapareceram na Europa conforme afirma a autora (ARENDDT, 1989, p. 493):

No caso da Alemanha, houve diferentes categorias de pessoas no mesmo campo, desprovidas de contato entre si; frequentemente, o isolamento entre as categorias era mais severo que o isolamento entre o campo e o mundo exterior. Assim, por motivos “raciais”, os cidadãos escandinavos, embora fossem inimigos declarados dos nazistas, eram tratados pelos alemães, durante a guerra, diferentemente dos membros de outros grupos inimigos; estes, por sua vez, dividiam-se entre aqueles cujo “extermínio” era imediato, como no caso dos judeus, ou era previsto em futuro próximo, como no caso dos poloneses, russos e ucranianos, e aqueles a respeito dos quais ainda não existiam instruções quanto a uma “solução final” global, como no caso dos franceses e dos belgas. Na Rússia, por outro lado, podemos distinguir três sistemas mais ou menos independentes. Primeiro, há os grupos condenados a autêntico trabalho forçado, que vivem em relativa liberdade e cujas sentenças são limitadas. Depois, há os campos de concentração nos quais o material humano é impiedosamente explorado e o índice de mortalidade é extremamente alto, mas que ainda assim são organizados fundamentalmente para fins de trabalho. E, finalmente, existem os campos de aniquilação, onde os internos são sistematicamente exterminados pela fome ou pelo abandono.

Os campos de concentração não foram criados para produzir algo, não foram criados em nome da produtividade: eram usados unicamente para o extermínio dos inimigos do *Reich*. O trabalho era forçado, os refugiados não tinham liberdade de movimento e eram convocados a trabalhar em qualquer lugar e a qualquer momento. Arendt afirma que os horrores estão intimamente ligados à inutilidade econômica. Assim, os nazistas levaram a inutilidade em meio à guerra e a despeito da escassez de material, de edificações enormes e dispendiosas como as “fábricas de extermínio”. Foi dinheiro “desperdiçado” por uma causa que levou milhões de inocentes à morte. Arendt (1989, p. 496) também compara os campos de concentração com três concepções ocidentais sobre a morte.

- A) O limbo, que tinha por objetivo afastar as pessoas indesejáveis, os refugiados, os apátridas, os marginais e os desempregados;
- B) O purgatório, onde era o trabalho forçado e desordenado principalmente na União Soviética;

³³ A história, para Schio, é a ação que transforma-se em História. A história trata das ações humanas, individuais e estão localizadas no passado. No passado buscou-se as explicações para compreender o presente e enfrentar o futuro (SCHIO, 2006, p. 237).

C) O Inferno que foram os campos nazistas, onde pessoas eram mortas em câmaras de gás, ou até a exaustão pelo trabalho, ou mesmo de fome.

Nesses campos, o horror deveria ser o maior possível, tornando a vida dos refugiados num “martírio”. Os três tipos de concepções sobre a morte têm coisas em comum: as pessoas são tratadas como se não existissem, e como se elas não interessassem a mais ninguém, e como se uma loucura ou um espírito tivesse tomado conta de seus corpos. O meio de transporte usado para levar os presos para os campos de concentração eram assombrosos, eram trens, e centenas de seres humanos eram amontoados num vagão de gado, alguns nus, colados uns nos outros, e eram transportados de uma estação para outra, de desvio a desvio, dia após dia; sem comida e sem as condições mínimas de higiene. A cada dia aumentava o número de judeus, de escravos, de crianças e de mulheres, enfim, as pessoas consideradas indesejáveis para o Governo Nazista. Quando chegavam ao campo: o choque das primeiras horas, a raspagem dos cabelos, as grotescas roupas do campo, seguido de torturas inimagináveis, dosadas de modo a não matar o corpo ou pelo menos, não matá-lo rapidamente. Segundo Arendt (1989, p. 504), o objetivo desse método, em qualquer caso, é manipular o corpo humano, com as suas infinitas possibilidades de dor, de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana tão inexoravelmente com certas doenças mentais de origem orgânica.

Quando os soldados colocavam famílias inteiras nos vagões de trem, eles diziam que as famílias ficariam juntas, mas a realidade era outra. Muitos nem conseguiam chegar vivos, outros iam diretamente para as câmaras de gás e muitos eram usados em serviços pesados, matando aos poucos a liberdade e a singularidade da pessoa humana. Sobre isso, Arendt afirma que (2010, p. 228):

Politicamente falando, as fábricas de morte de fato constituíram um “crime contra a humanidade”, cometido nos corpos do povo judaico; e se os nazistas não tivessem sido esmagados, as fábricas de morte teriam engolido os corpos de muitos outros povos (com efeito, os ciganos foram exterminados junto com os judeus por razões ideológicas bem parecidas). O povo judaico tem o direito de montar essa peça de acusação contra os alemães, mas desde que não esqueça que, nesse caso, ele está falando em nome de todos os povos do mundo.

Os campos eram “fábricas de morte”. Quem sobreviveu aos horrores dos campos de concentração e de extermínio, não conseguiam acreditar no que

aconteceu, diziam que não foi real. Avey (2011, p. 261) mais uma vez em seus relatos afirma que “para que o mal triunfasse bastou que os bons não fizessem nada”. É preciso que o mundo não se esqueça de o que foi o Governo Totalitário, o que eles fizeram com o povo judeu e com os outros povos, porque, isso não vai acontecer novamente e, em especial, que isso não vai acontecer hoje em pleno Século XXI. Segundo Avey, é preciso não acreditar nisso, porque basta não pensar, para que um Totalitarismo venha a acontecer. Portanto, para que não volte acontecer um novo Totalitarismo, é preciso que os cidadãos participem do espaço público com seriedade e votem com consciência. Hoje, a sociedade é democrática, já que é preciso votar e escolher os governantes com seriedade e ética, porém nada impede que volte aparecer um Partido e um Governante com ideologias parecidas ou até mesmo piores do que foi o Nazismo.

2.2 A SOCIEDADE DE MASSA

Para compreender o que significa a expressão “sociedade de massa”³⁴, é preciso lembrar de que há uma correspondência entre o Governo Totalitário e a sociedade de massa. Arendt afirma que seria um grave erro esquecer de que os Regimes Totalitários e os líderes totalitários, enquanto estiverem no poder, sempre “comandam e baseiam-se no apoio das massas” (ARENDR, 1989, p. 356). O sucesso do Governo Totalitário ocorreu devido à confiança e ao apoio das massas por meio da ideologia que diz respeito ao racismo e da popularidade dos seus líderes.

Os movimentos totalitários utilizam-se das liberdades democráticas (igualdade dos cidadãos perante a lei, quando estes pertencem a agremiações ou

³⁴ (Séc. XVII – XIX) – Surge a “Boa Sociedade”, a qual engloba a todos, com predomínio da vida urbana e com o surgimento de pressões sociais (as pessoas vivem aglomeradas, sem higiene, leis, etc.). O “filisteu” ou o “novo rico”, o comerciante, é o homem que faz parte desta sociedade. Num primeiro momento ele desvaloriza a cultura, mas é a cultura que agrega o “status social. Este indivíduo possuía dinheiro, mas não tinha status social e nem poder político (O burguês é aquele que tem dinheiro. Para adquirir tal condição deveria casar-se com alguém que tivesse dinheiro ou comprar título de nobreza. Ainda, em última hipótese poderia, por meio de uma revolução adquirir poder político e “status”.); é a época do “homo faber” (o homem que fabrica algo em nível de economia). No Século XX, surge a “Sociedade”, o homem de massa, que tem como divertimento a cultura e ela é usada para o consumo. A economia visa a produção e o consumo de forma cíclica e ininterrupta. O homem deixa o estado de “homo faber” e passa a ser um “animal laborans”. A política torna-se uma tarefa para os profissionais. O tempo vago é “matado” e quanto ao labor, a categoria é a necessidade da sobrevivência biológica (GEHAR/2013 – RESUMO).

grupos sociais ou políticos) com o objetivo de omiti-las. O colapso dos sistemas de classes sociais e políticas dos estados europeus favoreceram a ascensão do nazismo. A apatia, o consumismo e a indiferença pela vida pública gerada pelo povo faziam com que essas massas perdessem o interesse pela vida pública. Segundo Arendt (1989, p. 362), “essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação”. O Governo Totalitário conseguiu a adesão de muitas pessoas como essas, porque elas não faziam parte de nenhum grupo político ou de agremiações. A política realmente funciona quando o ser humano pertence a grupos de iguais e todos têm liberdade de expressão.

As “massas” surgiram com o colapso da sociedade de classes após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Eram homens e mulheres insatisfeitos e desesperados, pois a inflação e o desemprego agravaram a vida econômica dos habitantes da Europa. Sobre a sociedade de massa, Arendt esclarece que a principal característica do homem de massa não é a brutalidade, mas o isolamento, a falta de relacionamento interpessoal e a crise da cultura. A sociedade usou a cultura em favor dos seus objetivos, tais como, posição social e status. Segundo Arendt (ARENDR, 2011, p. 256):

Nessa desintegração, a cultura, ainda mais que outras realidades, se tornara aquilo que somente então as pessoas passaram a chamar de um “valor”, isto é, uma mercadoria social que podia circular e se converter em moeda de troca de toda espécie de valores, sociais e individuais.

A crise da cultura afetou os processos dos valores culturais, e a população não valorizava mais a arte e todos os objetos culturais. Como o objeto da arte tornou-se “moeda de troca”, a faculdade de prender a atenção e de comover as pessoas foi perdida. Não havia mais sentimentos em relação à arte, o que tornou-se apenas um negócio.

O Governo Totalitário necessita de grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de povoamento, diferentemente dos movimentos totalitários que existem onde há massas, que, por um motivo ou por outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. Segundo Arendt, somente durante a guerra, depois que as conquistas do Leste forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pôde

estabelecer um Regime Totalitário. Para a autora (1989, p. 361), o termo massa só se aplica:

Quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto.

O homem de massa não questiona, não participa da vida política de sua cidade e mesmo do seu país. Tanto o movimento nazista da Alemanha como os movimentos comunistas da Europa recrutavam seus membros dentro dessa massa de pessoas indiferentes e apáticas. Essas massas politicamente indiferentes, como Arendt salientou (1989, p. 362), “constituíam um silencioso pano de fundo para a vida política da nação”. A sociedade de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e naquela época, ou como também ainda se vê hoje, a acirrada competição nos negócios eram os objetivos da vida dos cidadãos. Portanto, as massas estão fora de qualquer ramificação social e representação política. Elas, de fato, não herdaram como faz a ralé, os padrões e atitudes da classe dominante, mas sim refletem os padrões e atitudes de todas as classes em relação aos negócios públicos, segundo Arendt (1989, p. 364). Os padrões do homem de massa são determinados por influências e convicções partilhadas por todas as classes da sociedade.

O homem de massa é um indivíduo apático, sem capacidade política, sem consciência moral, sem vontade própria, incapaz de pensar e de julgar, capaz de fazer o mal, e simplesmente por fazer. Caracteriza-se supérfluo, dotado de irreflexão e, é precisamente aqui que se esclarece a afirmação de Arendt (apud SCHIO, 2006, p.65): “eu não sei o que é o mal radical, mas sei que ele tem a ver com esse fenômeno: a superfluidade dos homens enquanto homens”. O ser humano, segundo Kant, deve ser tratado sempre como fim e nunca simplesmente como meio, reza a formulação do imperativo categórico, a humanidade como fim. Nesse sentido, enquanto ser livre e autônomo, o ser humano possui dignidade.

Outra característica apontada por Arendt em sua obra, *Origens do Totalitarismo*, é que os homens almejam ter no poder uma pessoa que tenha uma ótima oratória, que possua convicção em seus argumentos, que tenha prestígio

perante o povo. Os indivíduos “educados” através deste meio tornam-se apáticos perante os acontecimentos políticos do mundo, são conduzidos pelos outros e não têm poder de ação e de reflexão. Além disso, são também indivíduos que têm muita informação ao seu alcance, mas não sabem o que fazer com esse conhecimento. Na época do Nazismo, os jovens constituíam uma poderosa “massa de manobra”. Obediência, e senso de dever eram os valores supremos a serem transmitidos. Eichmann foi um desses jovens entusiasmados com tais aspectos e, por isso, seus crimes tornaram-se inexplicáveis e imensuráveis. Nesse sentido, Arendt afirma que é preciso compreender a novidade que foi o Totalitarismo.

Arendt ficou espantada com o que o Regime Totalitário pôde fazer com o indivíduo. Ela afirma (1989, p. 357):

Mas o que é espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou a trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu *status* como membro do movimento permaneça intacto.

Os atos dos indivíduos pertencentes à “sociedade de massa” podem ser percebidos hoje, no dia a dia, nas escolas, nas universidades e no trabalho. São pessoas que fazem o que for preciso para estar no “grupo”, para não serem deixadas de lado. Podem-se encontrar jovens se drogando para poder entrar no “grupo”; meninas e meninos cada vez mais novos se alcoolizando por ser “moda”; pessoas cada vez mais individualistas; pessoas roubando porque os políticos roubam, por exemplo. Esses são exemplos atuais da sociedade de massa que estão presentes na vida do ser humano. E esse tipo de indivíduo de massa está mais próximo do que se pode imaginar e são pessoas que não são capazes de se unir por um objetivo comum, de refletir e agir na sociedade em que vivem. O que as caracterizam é a ausência do interesse comum, de objetivos comuns, metas e fins determinados, já que o indivíduo pertencente à massa é aquele que se caracteriza por ser desarticulado, desinteressado pelo mundo e de si mesmo.

O Regime Totalitário baseou-se na extinção da autonomia e na imposição da lealdade incondicional. A respeito disso Arendt afirma (1989, p.373):

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência da lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida na sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana.

O que pode-se notar em Eichmann é que havia muitos outros criminosos iguais a ele durante o Regime Totalitário, que seguiam fielmente as ordens, que eram aceitas e cumpridas. Não importava o que estavam fazendo, o importante era cumpri-las. “Lealdade total”, essa era uma ideologia do Regime Totalitário. Logo, pode-se afirmar que Eichmann era uma pessoa normal, membro típico da baixa classe média, sendo comprovado por vários especialistas no e durante o seu julgamento, sua normalidade. Ele não era um insano. Simplesmente Eichmann não estava interessado em questões de consciência³⁵ (ARENDDT, 1999, p.38). O agente do “mal banal” não sabe o que é a “culpa”, visto que ele se isenta dela e da responsabilidade. Eichmann não praticou o mal motivado pelo ódio aos judeus, como já foi mencionado por Arendt, mas por pura incapacidade de pensar. Quem pensa pode resistir à prática do mal. O praticante do mal banal não se reconhece dotado de vontade, com poder de ação e de reflexão. Ele não se comunica, é individualista, mas não se isenta da culpa.

³⁵ A consciência complementa a atividade do pensamento. Ela une o meu eu ao mundo externo. O humano com o físico. Humanizando o homem, deste modo, a consciência o faz possuir uma identidade própria. Para Arendt, consciência significa ‘saber comigo e por mim mesmo’, um tipo de conhecimento que é atualizado em todo o processo de pensamento. E sem a consciência o pensamento seria impossível (SCHIO, 2006, p. 94).

3 EICHMANN E O MAL RADICAL

3.1 OTTO ADOLF EICHMANN – O ACUSADO

Eichmann tinha como passatempo favorito: escrever memórias sobre a sua vida. Já no início, ele mostra sua incapacidade de reflexão, ao afirmar que a sua existência é de responsabilidade de seus pais, assim ele prosseguiu (ARENDR, 1999, p. 39):

Eles não teriam se enchido de alegria com a chegada de seu primogênito se fossem capazes de ver que, na hora do meu nascimento, para provocar o gênio da felicidade, o gênio da infelicidade já estava tecendo os fios de dor e tristeza em minha vida. Porém um véu suave e impenetrável impedia meus pais de enxergar o futuro.

Foi com esta frase que Eichmann, depois de quarenta e quatro anos, começou sua autobiografia. Dessa forma, ele assegura que a sua existência e as suas ações são de responsabilidade de seus pais, como afirma acima. Como ele sabia que se tornaria conhecido mundialmente pelos crimes que cometeu contra a Humanidade? Eichmann até o final do seu julgamento se dizia inocente perante as acusações que lhe foram dirigidas. A cada acusação, conforme Arendt comenta, Eichmann declarou-se: “Inocente, no sentido da acusação”³⁶. E que arrependimentos eram para criancinhas (ARENDR, 1999, p. 36).

Arendt busca, durante o interrogatório de Eichmann, as respostas sobre os atos cometidos por esse homem e pelo governo que o mesmo representava. A vida não foi fácil para Eichmann segundo Arendt, mas ele também não a facilitou em nada; a sua infelicidade começou na escola e como ele mesmo afirmara: “não era exatamente um aluno dos mais estudiosos” – nem foi um dos mais dotados e disciplinados. Deste modo, seu pai o tirou da escola. Primeiro da escola secundária e depois da escola vocacional. Apesar disso, em seus documentos oficiais, sua profissão sempre foi descrita como engenheiro de construção, mesmo sem ter

³⁶Durante todo o julgamento, nem o acusado, nem a defesa e nem os três juízes se deram ao trabalho de perguntar ao acusado sobre o que ele se sentia culpado. Somente seu advogado o Dr. Servatius respondeu a esta pergunta à imprensa: “Eichmann se considera culpado perante Deus, não perante à lei.” (ARENDR, 1999, p. 32). Eichmann declarou-se inocente, porque o que estava em jogo era a civilização Alemã, era a sobrevivência de cada cidadão alemão e, que estavam rodeados de inimigos. O mesmo afirmaram os torturadores da Ditadura Brasileira (1964-1985).

concluído a escola vocacional de engenharia. Nas primeiras dificuldades de sua vida, ele atribuiu o motivo às dificuldades financeiras de seu pai. Eichmann não se responsabilizava pelos seus atos, e não enfrentava os desafios que a vida lhe proporcionava, porém, apesar disso, ele almejava uma carreira melhor.

Ele sempre fora um jovem ambicioso. Para conseguir uma promoção, seja na carreira de vendedor, ou na SS, Eichmann mentira sobre sua formação acadêmica e também sobre a sua nacionalidade. Dizia ter nascido na Palestina e que falava fluentemente hebraico e iídiche³⁷. Na verdade, ele trabalhou de vendedor primeiro no departamento de vendas da Companhia austríaca Oberösterreichischer Elektrobau por dois anos (1925-1927) e nesta época ele tinha 22 anos e nenhuma perspectiva de progredir na sua carreira. Após esse tempo, saiu desta empresa e foi trabalhar na Companhia de Óleo a Vácuo de Viena, no Norte da Áustria. Esses foram os empregos de Eichmann antes dele entrar na Organização da SS.

Em abril de 1932, aos 26 anos de idade, Eichmann se filiou ao Partido Nacional Socialista e entrou para a SS, Tropa de Elite do Partido Nazista, a convite de Ernest Kaltenbrunner, um jovem advogado de Linz, que depois passou a ser chefe do Escritório Central da Segurança do Reich ou RSHA. Eichmann jamais conheceu o programa do Partido, nunca leu *Mein Kampf*. De vendedor viajante, com uma vida rotineira, passou a fazer parte do Serviço de Segurança da *Reichsführer* SS – na qual Heinrich Himmler³⁸ era um dos seus chefes. Eichmann foi designado, na SS, primeiro a espionar os membros do partido e, depois, para o departamento de informação e pesquisa da Polícia Secreta do Estado. Neste departamento, seu primeiro trabalho foi arquivar as informações relativas à maçonaria e ajudar a montar um museu sobre ela. Segundo Arendt (1999, p. 49), “Incidentalmente, uma das características dos nazistas era a disposição de fundar museus celebrando seus inimigos. Durante a guerra, diversas entidades disputavam a honra de fundar museus e bibliotecas de antijudaicos.”. Após cinco meses nesse trabalho, ele foi transferido para outro departamento que era referente aos judeus. Esse foi o “verdadeiro” começo da “carreira” de Eichmann que terminaria na corte de

³⁷Iídiche: dialeto judeu-alemão falado pelos judeus do Leste europeu. Originou-se na Idade Média, baseado no alemão medieval e misturado com palavras hebraicas e eslavas. Escreve-se com caracteres hebraicos.

³⁸Heinrich Himmler nasceu em Munique, em outubro de 1900. Em 1929, foi nomeado chefe das SS e, no ano seguinte, eleito ao *Reichstag*. Himmler é um “burguês” com toda a respeitabilidade, todos os hábitos de um bom páter-família que não trai a esposa e procura ansiosamente garantir um futuro decente para os filhos (2008, p. 157).

Jerusalém. O que ficou claro, para Arendt, foi que Eichmann não entrou para o partido por convicção e não se deixou convencer por ele. Nas palavras do próprio Eichmann: “foi como ser engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia. Aconteceu muito depressa e repentinamente.” (ARENDDT, 1999, p 44 -45). Ele entrou para o Partido e obedeceu às ordens dadas pelos seus superiores, sem questionar ou avaliar as consequências de suas ações pela possibilidade de “construir uma carreira promissora”, porque aos olhos de sua família e pelos seus próprios olhos ele era um “fracassado” e ao entrar para o partido ele poderia começar de novo e ter uma nova carreira (ARENDDT, 1999, p.45).

Ao perguntarem ao Eichmann como ele fizera para conseguir conciliar os seus sentimentos com relação aos judeus com o antissemitismo³⁹ e o partido a que se filiara, ele respondeu assim: “Nada é tão quente para se comer, como era ao se cozer.” (ARENDDT, 1999, p. 51). Este era um provérbio que os judeus também usavam. Os judeus viviam num estado ilusório, no qual, falavam em uma “solução legal” para os judeus. Após a Noite dos Cristais, em novembro de 1938, o povo judeu descobriu que não havia futuro para eles.

Eles acreditavam que poderiam ter uma convivência pacífica, tolerável, entre eles e o povo alemão; na verdade, era tudo uma grande ilusão, uma ficção. Por isso, ele não se sentiu culpado em relação aos judeus e o provérbio acima faz sentido, principalmente depois da “noite dos cristais”⁴⁰, fato em que inicia uma nova fase na perseguição antissemita: o agrupamento dos judeus em Guetos e sua separação da população alemã. Em 1938, foi confiscada a carteira de motorista aos judeus; no ano seguinte, eles não podiam ficar fora de suas casas após as 20 horas. Em 1941, foi decretada a proibição de sair do município; de utilizar os meios de transporte na “hora de pico”, e de ter telefone. E a partir de 1942, foi proibido usar qualquer meio de transporte público. A deportação era uma questão de tempo. Os cidadãos se tornavam apátridas⁴¹, isto é, sem casa, sem documentos, sem cidadania.

³⁹ O antissemitismo é o preconceito contra os judeus, baseado no ódio contra seu histórico étnico, cultural ou religioso. Esses povos são difamados como um grupo inferior e negam-lhes o direito de fazer parte das nações em que vivem, eles não poderiam mais tolerar uma “nação dentro de outra nação”, era preciso tirar todos os direitos e privilégios do povo judeu (ARENDDT, 1989, p. 31).

⁴⁰Noite dos Cristais, em novembro de 1938, na qual 7500 vitrinas de lojas judaicas foram quebradas, todas as sinagogas foram incendiadas e 20 mil judeus foram levados para os campos de concentração (ARENDDT, 1999, p. 51).

⁴¹ Apátridas - cidadão sem direito à residência, sem o direito de trabalhar e de viver fora da jurisdição. Ele estava sujeito a ir para a cadeia sem jamais cometer um crime.

A atitude de Eichmann era diferente, analisa Arendt (1999, p. 33). Ele mostrou-se normal em uma “sociedade de massa”, na qual as pessoas queriam o imediatismo, sem haver espaço para a reflexão. Elas não conseguem perceber as consequências dos seus atos, ou seja, o quanto podem ser prejudiciais a elas mesmas e para as outras pessoas. Nesse sentido, a “banalidade do mal” está muito próxima da atual sociedade. De fato, a “sociedade de massa” pode ser comparada a uma linha de produção, na qual tudo é feito automaticamente e esse automatismo gera problemas tanto no âmbito filosófico quanto no político. Na política, os problemas sociais se multiplicam, mas o governo impõe sua ideologia, suas regras e suas leis, sendo assim as massas são mais fáceis de manipular, visto que ausentam-se da reflexão. Nesse sentido, os homens não percebem ou não querem fazê-lo sobre o estão fazendo e como estão agindo.

Eichmann não gostava de ler. Acredita-se que ele não leu mais de dois ou três livros durante toda a sua vida, o que era um desânimo para seu pai, pois nunca recorrera à biblioteca familiar. No Partido, ele estudou as organizações do movimento sionista a mando do seu chefe. Eichmann leu o clássico do sionismo, *Der Judenstaat* de Theodor Herzl. Imediatamente ele se converteu ao sionismo, buscando uma “solução política” para a criação de um estado judeu e isso ainda não fazia dele uma autoridade, mas foi suficiente para conquistar uma indicação como “espião oficial” dos escritórios sionistas. Seu aprendizado sobre os assuntos judeus era quase inteiramente sobre o sionismo. O fascínio que Eichmann tinha pela “questão judaica”, como ele mesmo explicou, era seu idealismo. Segundo Eichmann um “idealista” (ARENDR, 1989, p. 54) é:

Um homem que vivia para a sua ideia – portanto não podia ser um homem de negócios – e que por essa ideia estaria disposto a sacrificar tudo e, principalmente, todos. Quando ele disse no interrogatório da polícia que teria mandado seu próprio pai para a morte se isso tivesse sido exigido, não queria simplesmente frisar até que ponto se achava cumprindo ordens e pronto para executá-las; queria também mostrar o idealista que sempre fora.

Ele sacrificaria sua vida e a de quem fosse preciso para defender esta ideia. Arendt realmente confirmou que ele era um idealista quando, no interrogatório, ele afirmou que teria mandado seu próprio pai para a morte, se precisasse. Isso demonstra o quanto era “idealista”, e jamais permitia que alguém interferisse ou

entrasse em conflito com suas ideias e as ideologias do Partido. Na análise da autora, Eichmann era um homem comum, medíocre, normal, e não havia nele nada de demoníaco⁴². Os crimes que ele e os outros membros do partido perpetraram durante o Totalitarismo foram, sem dúvida, monstruosos, mas neste caso, o executor, era banal⁴³. Eichmann era incapaz de pensar ou julgar suas ações por si próprio e ainda agir espontaneamente. Segundo Arendt (1999, p. 62):

Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de *pensar*, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guarda costas contra as palavras e a presença de outros e, portanto contra a realidade enquanto tal.

Em março de 1938, Eichmann foi para Viena trabalhar no posto de “emigração forçada”, no qual todos os judeus, independentemente de seus desejos ou de sua cidadania, foram forçados a deixar o país. Oito meses depois que Eichmann assumiu este cargo, foram expulsas 148 mil pessoas. Cerca de 60% da população judaica deixara a Áustria “legalmente”. Eichmann destaca este ano em Viena, como o período mais feliz e bem sucedido de sua vida. Conforme assegura Arendt, o cargo exercido em Viena foi o seu primeiro trabalho importante e, seu sucesso foi espetacular. Ele descobriu duas qualidades especiais em si: organização e negociação.

Devido ao seu “idealismo” ele progrediu na carreira. A memória de Eichmann somente funcionava em relação aos assuntos que influenciariam diretamente a sua carreira. Entre 1937 e 1941, ele recebeu quatro promoções. De segundo tenente passou a tenente coronel. Em Viena, ele havia “mostrado o seu valor”. Ele ficou conhecido como autoridade em emigração e evacuação, como um “senhor” que sabia como fazer “as pessoas se mexer”. Eichmann, depois de conhecer o

⁴² Souki, em seu livro: *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, salienta que Arendt nega a malignidade nos criminosos. Ela afirma que eles não são movidos por móveis maus ou assassinos, mas porque fazia parte do seu ofício, do seu *metier*, e isso não é fácil de compreender. Pelo desconforto de confrontar-se com o absurdo, que foi o Totalitarismo, é mais fácil invocar demônios. Segundo Souki, não foi Arendt quem tirou o caráter demoníaco de Eichmann, mas ele próprio com sua obstinação (SOUKI, 1998, p. 87).

⁴³ Arendt entende por banal a superfluidade no agir que é causada pela ausência de pensamento, pela incapacidade que o ser humano tem de refletir. É a falta de consciência nos atos praticados. O banal pode ser considerado como tudo o que é comum, trivial, e pode se tornar habitual. O banal desagrega do agente as ações e do ato que foi praticado (SCHIO, 2006, p. 70).

funcionamento da “emigração forçada”, pensou numa maneira mais fácil de tirar “tudo” dos judeus, pois os judeus entravam como cidadãos e saíam como ninguém, como apátridas do posto de emigração. Segundo Arendt (1999, p. 58):

Concebi a ideia que achei que iria fazer justiça a ambas as partes. “Uma linha de montagem, na qual o primeiro documento era posto no começo, depois iam sendo inseridos os outros papéis, e no final o passaporte teria de sair como produto final”. (...) Isto é uma fábrica automática, como um moinho de farinha ligado a uma padaria. Numa ponta você põe um judeu que ainda tem alguma propriedade, uma fábrica, uma loja, uma conta no banco, depois ele atravessa o edifício de balcão em balcão, de sala em sala, e sai na outra ponta sem dinheiro, sem direitos, apenas com um passaporte onde se lê: Você tem que deixar o país dentro de quinze dias. Senão, irá para um campo de concentração.

O intuito desta “linha de desmontagem” era organizar um processo mais rápido e eficaz para retirar as propriedades dos judeus. Ao retirar os bens materiais deles, retiravam-lhes também o direito deles viver neste planeta, neste mundo e o de viver dignamente num país. Arendt comprovou que Eichmann tinha um “vício” comum e uma falha decisiva no caráter – vangloriar-se. Ele não tinha empatia por ninguém, não conseguia pensar a partir do outro. Eichmann, em Viena, escutava os judeus em apuros, que desejavam emigrar, e ele, estava ali pronto para ajudá-los. Nunca pensando no seu bem estar, nas suas vidas, apenas, na sua carreira, e no Partido.

Eichmann, não era o primeiro funcionário do partido a ser informado sobre a intenção de Hitler sobre a “solução final” e a “emigração forçada”. Mas mesmo não sendo o primeiro a ficar sabendo sobre esta questão altamente confidencial, o segredo deveria ser mantido. Arendt (1999, p. 100) diz:

O segredo tinha uma finalidade prática. Aqueles que eram informados explicitamente da ordem do Führer não eram mais “portadores de ordens”, mas progrediam ao grau de “portadores de segredos” e tinham de fazer um juramento especial.

Os segredos a serem guardados eram para a “Solução Final”, o extermínio dos indesejados, os campos de concentração, as câmaras de gás e as torturas diárias dos prisioneiros.

Para a autora, a atitude de Eichmann tinha uma única origem: sua incapacidade de pensar criticamente, de julgar por si próprio e de agir

autonomamente. Para Arendt, todos os “mentores do Partido Nazista”, e mesmo o povo alemão, foram convencidos pelas propagandas e pelos *slogans*, de que sem o povo judeu, a Alemanha seria um país desenvolvido e sem desemprego. Arendt, ao ler as páginas do interrogatório, afirmou que os juízes chegaram à conclusão de que Eichmann fingira em seu depoimento, que tudo fora uma “conversa vazia”. Ele sempre usava frases prontas, repetia sempre as mesmas palavras até transformá-las em clichês. Segundo Arendt (1999, p. 62): “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar.”. A comunicação com Eichmann era difícil, não porque ele mentia, mas sim porque vivia num mundo de ficção⁴⁴, assim, Eichmann sempre encontrou desculpas para seus atos, ou escondia-se atrás de alguém, ou até mesmo do destino. Desse modo, Arendt e todos os que acompanharam o julgamento perceberam que esse homem não era um “monstro”, mas era difícil não desconfiar que fosse um “palhaço”.

Em 11 de maio de 1960, às 18h30min, Eichmann foi capturado por três homens e, em menos de um minuto, foi jogado dentro de um carro e foi levado para uma casa alugada no subúrbio de Buenos Aires. Eichmann disse que sabia que estava nas mãos dos israelenses. Ele chegou a Jerusalém no dia 22 de maio de 1960. No dia 11 de dezembro de 1961, Eichmann foi considerado responsável pelos crimes “contra o povo judeu”, pelos “crimes contra a humanidade” e também sobre os “crimes de guerra” conforme relata Arendt. Eichmann antes da sentença final, disse: “Não sou o monstro que fazem de mim”. “Sou vítima da falácia”. (ARENDR, 1999, p. 269). Eichmann, até o final do julgamento, não admitiu, não se responsabilizou pelos seus crimes, pelos seus feitos e pelas suas ações, porque se dizia “vítima do sistema”. Ele disse que durante toda a sua carreira ele ouviu que só os líderes mereciam punição. Ele não foi tão longe quanto os outros criminosos de guerra, por isso, não deveria se preocupar com responsabilidades. Os responsáveis ou tinham escapado, ou cometeram suicídio (ARENDR, 1999, p. 269).

Segundo Arendt, a sentença de morte já havia sido expedida, porque os atos de Eichmann desafiavam a possibilidade de punição humana. A sentença de morte

⁴⁴ O mundo de ficção, em que Eichmann vivia era próprio de um homem que tem vícios de linguagem. Ele só conhecia a linguagem administrativa ou linguagem burocrática e, muitas vezes não sabia o significado destas frases. Souki (1999, p. 91) afirma que esta forma de linguagem é um traço do Totalitarismo e, sua função principal era a de manter e criar o afastamento da realidade de seus subordinados.

não fazia sentido diante de um crime daquela grandeza. As ações praticadas foram desumanas, e sem precedentes na História⁴⁵. Arendt afirma que o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele. Muitos não eram sádicos, nem terríveis, mas assustadoramente normais (ARENDR, 1999, p. 299). Sendo assim, os criminosos são considerados pessoas comuns. Não pensavam em seus atos, visto que colocavam a culpa na obediência às ordens, nos seus superiores ou nas circunstâncias.

3.2 O MAL RADICAL EM KANT

Para compreender melhor o que vem a ser o “mal banal”, em Arendt, é interessante lembrar-se de alguns aspectos centrais da tese kantiana acerca do mal radical. Arendt, buscando entender o que aconteceu na Alemanha entre 1933-1945, utilizou a expressão kantiana: “mal radical”⁴⁶. Entretanto, com o julgamento de Eichmann ela defrontou-se com uma nova situação (as atitudes do réu) que a fizeram cunhar a expressão “banalidade do mal”, a qual será explicitada mais adiante. Sendo assim, é oportuno trazer à reflexão a compreensão de “mal radical” em Kant.

Kant se ocupa com o tema sobre o “mal radical”, na primeira seção, da obra *A religião nos limites da simples razão* (1793). O mal a que Kant se refere é o da esfera moral. É preciso considerar, então, que o ponto a ser tomado em ponderação, aqui, é que Kant tem por objetivo investigar qual é a origem e quais são os fundamentos daquilo que ele denomina de “radical”.

Sobremaneira, na esfera moral, não obstante se possa afirmar que Kant não ignorava a distinção das esferas, ou então, dos níveis de classificação do mal, a

⁴⁵O fenômeno do Totalitarismo mostrou à humanidade que não tinha como punir os crimes cometidos dentro do sistema jurídico existente. Humanamente falando, é difícil penalizar quem quer que seja, ou quem foi o culpado pelas milhares de mortes. Devido à grandiosidade das ações praticadas pelos Governos Totalitários, Arendt não conseguiu sustentar em nível teórico se o mal cometido era radical ou se era oriundo de alguma parte obscura do ser humano, por isso, ela introduziu o conceito “banalidade do mal” (SCHIO, 2006, p. 69).

⁴⁶ Arendt afirma que o “mal radical” surgiu num sistema no qual todos os homens se tornaram supérfluos. Kant foi o único filósofo que deve ter suspeitado que esse mal existia. Esse mal é um fenômeno que, nos confronta com a sua realidade avassaladora e rompe com todos os parâmetros que conhecemos. O Governo Totalitário queria provar que tudo era possível, e os crimes cometidos por eles não tem como punir ou perdoar (ARENDR, 1989, p.510). Era difícil punir ou perdoar porque não temos onde buscar apoio para compreender este fenômeno, que sua realidade rompe com todos os parâmetros conhecidos pela humanidade. Os homens eram utilizados como supérfluos e os assassinos não se importam com eles próprios.

saber, físico, metafísico e moral. Se o mal físico (*pathos*) se refere ao homem como um ser natural; é o mal que não é gerado pelo homem e não tem necessariamente relação alguma com o mal moral, pois esse se refere ao agir humano, o outro, trata dos acontecimentos naturais, ou seja, os sofrimentos e dores que podem acontecer aos homens e as mulheres sendo, na maioria das vezes, alheias à vontade humana. O que mostra a diferença entre o mal físico e o mal moral é a intenção, sendo que esta tem seu fundamento na liberdade⁴⁷ humana. O mal metafísico, por sua vez, segundo Oliveira, (2006, p. 12) é visto como traço inevitável da finitude humana e situa-se na teoria da totalidade do ser.

Kant afirma que a razão⁴⁸ prática basta por si só para determinar o agir. Desse modo, o fundamento da moral kantiana está numa lei racional e no mundo inteligível. No prefácio do texto de 1793, Kant afirma que a moral está envolta com o conceito de homem enquanto agente livre e racional. Ele afirma (KANT, 1992, p. 11):

A Moral, enquanto fundada no conceito do homem como um ser livre que justamente por isso, se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da ideia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem de outro móbil diferente da própria lei para o observar. Pelo menos é culpa sua se nele se encontra uma tal necessidade a que por nada mais se pode prestar auxílio; porque o que não procede dele mesmo e da sua liberdade não faculta compensação alguma para a deficiência da sua moralidade.

Moralmente, ele se obriga a leis incondicionais: ele não precisa de um ser superior para conhecer seu dever e nem há outro móbil a não ser a própria lei que é a razão. A moral não precisa de modo algum da religião⁴⁹, porque basta a si própria em virtude da razão prática pura.

⁴⁷A liberdade é um conceito essencial na filosofia kantiana, está presente em suas seções teóricas e práticas. Em Kant a liberdade tem duas qualidades: na primeira, a liberdade apresenta-se como espontaneidade, ele entende por espontaneidade a “faculdade de iniciar algo por si um estado”. E na segunda tem a liberdade como autonomia. Kant insiste numa liberdade inteligível baseada na autonomia da vontade (HOWARD, 2000, p. 216-217).

⁴⁸Razão – “ideia de uma razão que determina a vontade por motivos “*a priori*”, isto é, sem experiência, seja empírica, ou seja, lógica” (KANT, 2011, p. 28).

⁴⁹Kant chama a atenção que sua doutrina não tem vinculação com a Sagrada escritura e com as religiões. Afirma ele: “O que se diz aqui não se deve ser considerado como um comentário das Escrituras, o qual fica fora dos limites da competência da simples razão” (KANT, 1992, p. 49). O que está escrito na Sagrada Escritura deve ser usado para tornar os homens melhores. Se o homem não segue o que está na Sagrada Escritura, então, ela não faz sentido algum, ela se torna inútil, porque seu objetivo é tornar os homens em seres éticos e bons.

O fundamento do mal segundo Kant, não pode ser encontrado em um objeto, mas numa regra que a vontade⁵⁰ adota por si própria, pelo uso de sua liberdade, ou seja, numa máxima. Kant define máxima⁵¹ como o “princípio subjetivo da ação”, este princípio é como ele deve agir. O princípio de aceitação de máximas boas ou más se deve ao dever⁵² que confere valor à moral, é o respeito à lei. O dever leva o imperativo categórico “Age apenas segundo a uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.” (KANT, 2011, p.62). O imperativo categórico é capaz de determinar se as máximas podem ser consideradas como “lei moral”, ou seja, se uma máxima de ação pode ser válida para todos os seres racionais. Em outros termos, o imperativo determina a vontade de todo ser racional, e isso tem um caráter universal, justamente, porque ela deve ser obedecida por todos, sem exceção. O homem se torna “mau” quando adota uma máxima contrária à lei, ou seja, as máximas que a razão lhe impõe. O homem não deveria escolher máximas más, pois estas não podem tornar-se o princípio objetivo do querer, e, por conseguinte, lei universal, ou seja, lei moral.

A “maldade do homem” não está apenas na prática de ações más que podem ser observadas, mas nas máximas adotadas livremente por ele, e que contrariam a lei moral. Ao afirmar que o fundamento do mal se encontra numa máxima “pervertida” universalmente presente no sujeito, Kant, descarta qualquer outro fundamento, pois, de acordo com ele, o mal é fundado numa “regra que o próprio arbítrio para si institui para o uso de sua liberdade, e numa máxima” (KANT, 1992, p.27). Em sendo o homem livre, ele pode ou não escolher o princípio subjetivo que poderá tornar-se um princípio objetivo, ou então, ele pode cometer o mal quando ele vier a escolher máximas más. A ação, neste caso, é determinada por ele enquanto ser livre e racional. Nesse sentido, a teoria do mal radical é conferida à liberdade do homem. Segundo Nodari, o homem pertence ao mundo inteligível e

⁵⁰ Vontade (KANT, 2011, p. 36/37): “A vontade é a faculdade de escolher *só aquilo* que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom”.

⁵¹ Máxima é o princípio subjetivo do querer. O princípio objetivo (isto é o que serviria também subjetivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática. A máxima tem que se distinguir do princípio objetivo, da lei prática. O princípio objetivo é o princípio em que o sujeito age, é a lei, é um imperativo, ou seja, como ele deve agir (KANT, 2011, p. 15/51).

⁵² O dever é a expressão da lei moral em nós, capaz de conferir a própria humanidade em nós, isto é, o dever é uma forma que deve valer para toda e qualquer ação moral. Kant defende, que uma ação tem valor moral somente se é praticada por dever (KANT, 2011, p. XXIX).

está submetido às leis universais, e esse fundamento pode ser tanto para ações boas ou más. Ou seja: “o homem não é só razão, mas ser racional do mundo sensível” (NODARI, 2006, p. 254). O homem é, por conseguinte, responsável pelos seus atos.

Embora possa parecer que o homem seja “mau por natureza”, Kant (1992, p. 36), no texto de 1793, escreve que:

A propensão para o mal se estabelece aqui no homem, inclusive no melhor (segundo as ações), o que deve também acontecer se houver de se demonstrar a universalidade da inclinação para o mal entre os homens ou, o que aqui significa a mesma coisa, se houver de se comprovar que tal inclinação está entrosada na natureza humana.

Ou seja, essa natureza descrita por Kant é restrita à esfera moral, e Kant ao dizer que o homem tem propensão ao mal, não está dizendo que ele sempre e inevitavelmente age com maldade, mas que ele tem radicado em si uma “propensão” para agir em desobediência à lei moral. Schio afirma que a “propensão para o mal é inata e pode ser explicada como uma possibilidade de uma inclinação” (SCHIO, 2006, p. 66). Os homens cometem o mal por desviarem-se das máximas da lei moral. O mal, nesse sentido, é radical, porque o homem mesmo tendo consciência dos seus atos, os comete, prejudicando a si e aos outros. Ao afirmar que o homem é mau por natureza, ou seja, ao atribuir ao próprio homem a propensão para o mal, ele põe toda a responsabilidade do agir no homem, e não em Deus, por exemplo. Segundo Kant (1992, p. 38), por propensão, entende-se como tendência, estar inclinado. A propensão para o homem é a aceitação de máximas que invertem o móbil oriundo da lei, é uma predisposição em desejar um prazer e produz uma inclinação quando o indivíduo o experimentou.

Assim, o bem e o mal são produtos, segundo Kant, da escolha certa ou errada das máximas. O mal radical kantiano não trata de ações concretas, mas apenas da intenção de inverter a ordem moral e não obedecer às leis morais. Kant não recorre a fatos particulares registrados pela História para afirmar que o mal tem essa ou aquela característica ou se apresenta dessa ou daquela forma, como por exemplo, as guerras. Embora, o homem tenha uma propensão para fazer o mal, ele também tem uma disposição para fazer o bem. Schio enfatiza que (2006, p. 66) o ser humano possui “tanto as partes constituintes necessárias como as formas de

sua conjunção para ser um tal ente bom”. Somente o homem poderá corromper essa disposição para o bem, se ele optar em escolher as máximas erradas para a sua vida.

Para Kant, o que importa é reconhecer que o homem possui dentro de si uma ordem moral que deve ser seguida. O parâmetro a ser seguido é a lei moral. A teoria do “mal radical” está estritamente ligada à liberdade e à sua natureza humana, e o que importa para Kant, é que a natureza humana está no uso que o homem faz da sua liberdade: “por natureza do homem se entenderá aqui apenas o fundamento subjetivo do uso de sua liberdade em geral, (sob leis morais objetivas), que precede todo fato que se apresenta aos sentidos em que quer que tal fundamento reside” (KANT, 1992, p. 27).

Kant, na obra, *A religião nos limites da simples razão*, demonstra a autonomia humana para agir tanto para o mal quanto para agir bem. O autoaperfeiçoamento visa o bem, sem qualquer ajuda externa, baseando-se apenas na sua capacidade de decidir entre o certo e o errado. Kant afirma que, independentemente do estágio em que o mal ocorre na vida humana, o homem pode buscar a reabilitação, e ela ocorre por meio da mudança do seu agir. É o que se poderia chamar de conversão, em outras palavras. “O homem para tornar-se bom não precisa transformar seu coração, basta apenas transformar seus costumes” (KANT 1992, p.58). Em outros termos, para transformar as atitudes basta ao homem escolher as máximas corretas e agir conforme as mesmas.

4 O “MAL BANAL” E A ÉTICA

4.1 O “MAL BANAL”

O Regime Nazista assumiu o poder como Governo Totalitário em 1933 e em 1939, iniciou a Segunda Guerra Mundial até 1945. Anos depois, Arendt escreveu o livro *Eichmann em Jerusalém* e lança a ideia da “banalidade do mal” após assistir ao julgamento de Eichmann. Ela também analisou os crimes cometidos pelo Governo Totalitário em 1951 e fixou-se apenas naqueles que foi cometido pelo réu em questão, Adolf Otto Eichmann e, para denunciar o mal político desse Governo.

Arendt afirma que, por trás da expressão “banalidade do mal”, ela não buscou sustentar nenhuma tese ou doutrina, pois o que realmente a levou a refletir sobre o mal foram as ações praticadas pelo agente Eichmann. Nas palavras dela (ARENDR, 2008, p.18):

O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível rastrear o mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou em seus motivos, em níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso. Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más, e a única característica notória que se podia perceber tanto no seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento e o sumário de culpa que o antecedeu era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas irreflexão.

Eichmann era uma pessoa normal, mas o que realmente chamou a atenção da autora foi a ausência de pensamento e de reflexão desse indivíduo. O homem que não pensa, que não reflete, pode cometer o “mal banal”⁵³, mesmo não tendo a intenção de fazê-lo. A ausência de pensamento é comum na sociedade, no meio em que se vive, pois a “falta de tempo” e a “correria do dia a dia” não deixam espaço para a reflexão, para o pensamento. Essa falta de reflexão e de pensamento que chamaram a atenção de Arendt.

O Governo Totalitário revelou ao mundo fatos que não podiam ser punidos pela justiça comum ou o sistema jurídico existente. Segundo Schio, não há como julgar humanamente a morte de milhões de pessoas, da forma que foram cometidas

⁵³ O mal banal ou o mal extremo infiltra-se pelo mundo quando os homens abandonam o espaço público e refugiam-se para o espaço privado. Quando eles aceitam cumprir ordens, mesmo que não concordem com ela (VALLÉE, 1999, p.14).

e, não tem como explicar e nem esquecer os acontecimentos que marcaram o Governo Totalitário. Nesse sentido (SCHIO, 2006, p.69), “Arendt jamais elaborou o conceito de ‘banalidade do mal’, salvo para argumentar sobre a falta de ‘profundidade’ e da ausência de fundamento para as verdadeiras intenções de Eichmann, podendo assim recusar a caracterização de ‘radical’ para o mal por ele praticado”. O mal praticado por Eichmann não tinha propósitos ou motivos maus, por isso, foi denominado de “banal”.

A “banalidade banal” pode ser encontrada nas ações praticadas no dia a dia, no que é tido como comum, usual, normal. Hoje, podem-se encontrar muitos indivíduos com características parecidas com as de Eichmann. São bons pais de família, homens e mulheres da sociedade, mas seus atos os condenam (atos que podem variar desde: a violência doméstica, o abuso sexual, a pedofilia, a corrupção, o tráfico de drogas, etc.), pois são ações que para muitas pessoas são consideradas normais, banais, comuns, mas que podem ter consequências desastrosas na vida de outras pessoas. Nesse sentido, é preciso distinguir o espaço político do espaço social. O espaço político visa manter a liberdade, pois nele há a comunicação e a liberdade, enquanto que no social há a uniformização dos seus membros, isolando-os e tirando a capacidade de agir em conjunto (SCHIO, 2006, p. 190). O “mal banal” se instalou no espaço político, quando os homens deixaram de ter objetivos comuns, quando a sua liberdade de expressão foi extinta e eles deixaram de agir em conjunto.

Nesse sentido, Arendt alerta que com a experiência do totalitarismo, os homens se isolaram e se tornaram incapazes de pensar e de agir. Ela afirma que (ARENDR, 1989, p. 527): “O isolamento é aquele impasse no qual se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída”. Esse isolamento pode inibir o poder de agir, mas não o de pensar. A compreensão do que foi o Totalitarismo mostra que o mal se tornou um problema de toda a humanidade, uma questão para ser refletida, estudada e pensada, por ser tratar de uma questão fundamental e central nos dias de hoje. O ser humano deve lembrar os acontecimentos passados para que não volte a acontecer no futuro, já que o mundo não está livre de ter um novo Governo, como foi o Governo Totalitário.

Além de *Origens do Totalitarismo* (1951) e *Eichmann em Jerusalém* (1963), há outros escritos que, além de importantes, são interessantes e que podem ajudar

na reflexão sobre o mal, como é o caso dos textos que compõem a obra *Compreender: formação, exílio e Totalitarismo* (2008) que expõe ensaios de Arendt. Nesse escrito, em seu item III, Arendt questiona as atitudes das pessoas que não decidiram cometer o mal, mas o fizeram. E ela elenca três possibilidades: a publicidade, a ideologia, a mídia, o reconhecimento, a fama e o dinheiro; a Moralidade vigente e a situação econômica, o desemprego, a baixa estima, a insegurança e a situação precária da saúde pública.

Esta terceira parte demonstra que somente cumprir ordens, “fazer o que todos fazem”, é o que se pode chamar de moral do automatismo, da servilidade, do sonambulismo. Segundo Arendt, “o não colocar-se no lugar do outro”, o “não pensar” sobre o que se está fazendo, a irresponsabilidade pelos seus atos podem levar os indivíduos a cometerem o “mal banal”. Sendo assim, Eichmann cometeu o “mal banal”, porque estava somente preocupado com sua carreira, com o seu bem estar, por isso, não pensou nas consequências de seus atos.

Eichmann, em seu depoimento, afirmou que não se sentia culpado de crimes e sua consciência estava tranquila pelo simples fato de não ter visto, absolutamente ninguém contrário à “solução final” (ARENDR, 1999, p.133). Ele afirmou, ainda em seu depoimento, que encontrou apenas um homem que pediu para parar com “os moinhos de morte em Auschwitz”, foi o Dr. Kastner, na Hungria. Eichmann respondeu que o faria “com o maior prazer”, mas que infelizmente isso estava fora de sua alçada e de seus superiores, como de fato estava. Eichmann também afirmou que sem a cooperação das vítimas, no trabalho administrativo e policial, o agrupamento de Berlim teria sido um caos. Arendt (1999, p. 134) afirma que: “para um judeu, o papel desempenhado pelos líderes judeus na destruição de seu povo é, sem nenhuma dúvida, o capítulo mais sombrio de toda uma história de sombras”.

Arendt percebeu que pessoas como Eichmann podem ser recrutadas facilmente mundo afora. Himmler, chefe de Eichmann, foi um bom pai de família, que não traía sua esposa, que trabalhava para garantir o futuro dos seus filhos, um bom cidadão. Arendt (2008, p. 157) afirma que:

Estávamos tão acostumados a admirar ou ridicularizar levemente o bondoso interesse e a séria dedicação do pai de família ao bem estar de seus entes queridos, sua determinação solene de facilitar a vida para a esposa e os filhos, que quase nem percebemos que esse devotado páter-famílias, preocupado principalmente com a segurança, se transformou sob a pressão das condições econômicas caóticas de nossos tempos, num aventureiro

involuntário que, apesar de todo o seu cuidado e dedicação, nunca pode ter certeza do que lhe trará o dia seguinte. [...] Ficou evidente que esse tipo de homem, para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana.

Ele criou uma organização, um exército com homens trabalhadores, pessoas de bom relacionamento social e bons pais de família, assim como ele. Seus homens queriam proteção para si e para sua família, e uma boa aposentadoria. A responsabilidade era dos outros, nunca do agente. Ele sentiu-se muito importante, não só pelo fato de estar perto do alto escalão do Partido, mas por ter ouvido e visto não apenas Hitler, mas todo o alto escalão do Partido Nazista, com a honra de assumir a liderança a questão cruel, que foi a “solução final”. “Naquele momento, eu senti uma espécie de sensação de Pôncio Pilatos, pois me senti livre de toda culpa”. (ARENDDT, 1999, p.131). Ele se transformou num perito em “evacuação forçada”, como já havia sido um perito em emigração forçada.

Eichmann se comunicava por meio de um linguajar próprio, do qual ele dizia que era próprio do seu trabalho burocrático oficial. A inabilidade de falar de Eichmann estava associada à inabilidade de pensar. Ele era o funcionário perfeito para tornar a “solução final”, numa operação eficaz. Ele era organizado, regular e eficiente no cargo em que ocupava. Souki (1998, p. 88) afirma que Eichmann na sua função de encarregado do transporte, era normal e insignificante, mas perfeitamente adaptado ao seu trabalho. Com seus clichês, ele era, ao mesmo tempo, um bom pai de família, e um assassino de massa.

Arendt, no julgamento de Eichmann, reconheceu que um homem pode cometer o mal banal, sem motivações ideológicas e sem nenhum engajamento político, ele pode ser usado como instrumento para destruir milhões de vidas em troca de uma carreira profissional. Sua função era tornar a “solução final” possível e normal. Devido a sua vaidade, seu linguajar comum e seus clichês, ele era, ao mesmo tempo um palhaço e um exemplo de assassino de massa. Dizia-se um bom pai de família, um bom cidadão, que vivia sob os princípios morais de Kant, mas quando foi encarregado da “solução final”, ele deixou de lado os princípios morais de Kant, porque não era mais “senhor dos seus atos” (ARENDDT, 1999, p. 153) e que não poderia mudar coisa alguma.

Eichmann afirmara que sempre vivera sob os princípios morais de Kant, especialmente com a definição kantiana do dever. O juiz Raveh ficou curioso (ou

indignado) por Eichmann usar o nome de Kant em relação aos seus crimes, e resolveu interrogá-lo. Eichmann usou a seguinte definição do imperativo categórico: “O que eu quis dizer com minha menção a Kant foi que o princípio de minha vontade deve ser sempre tal que possa se transformar no princípio de leis gerais.” (ARENDDT, 1999, p. 153). Essa forma de pensar de Eichmann é um agravo à filosofia moral de Kant. A filosofia de Kant não aceita a obediência cega, mas sim o julgamento de suas ações. Isso não pode ser levado em consideração no caso de roubo, assassinato e crimes, porque crimes e roubos não podem ser transformados em regras, em leis.

O homem, ao se afastar da vida pública, da sociedade, das suas relações interpessoais deixa o caminho aberto para o mal, mal este que pode se tornar banal e abominável e, que será cometido pelos indivíduos mais comuns. O “mal banal”, segundo Schio (2006, p. 72), “gera irresponsabilidade pelo que é realizado, devido à falta de reflexão sobre as ações praticadas”. Eichmann foi incapaz de se colocar no lugar do outro, de comunicar-se consigo mesmo, de compartilhar a realidade da vida. Ele simplesmente apresenta uma ausência de motivos, dessa forma a expressão “banalidade do mal” foi a maneira encontrada por Arendt para descrever o que foi o Totalitarismo.

No Totalitarismo, o ser humano passa a ser um “animal” pertencente ao sistema vigente. Eichmann acompanhou de perto muitas mortes. Mortes como: de (enforcamentos, câmara de gás, fuzilamento, entre outras, etc.)⁵⁴. Nada o abalava, uma vez que ele continuava o mesmo. Esse é um dos traços do Totalitarismo: o afastamento do homem da realidade. Desde o início do seu depoimento, ele esclareceu a todos que obedecera a todo tipo de ordem. E qual fosse a ordem, ele simplesmente obedeceria. Quando recebia uma ordem, ele a cumpria até o fim. Porque para ele um “juramento é um juramento”, e ele fez um juramento de lealdade quando entrou para o Partido Nazista.

O julgamento de Eichmann, o caso em questão, é que o mal foi extremo, superficial e com consequências desastrosas. O mal cometido por ele não se fundamentou na inveja, no ódio, na raiva e muito menos na estupidez. A banalidade não é a normalidade, mas pode se tornar normal. Por isso, pode voltar acontecer novamente e de forma mais cruel, porque o homem ao não refletir sobre seus atos,

⁵⁴ DVD Holocausto, 1978, direção Tom Hooper, Titus Productions Ins. EUA.

se afasta da realidade e talvez nunca compreenda o que esteja fazendo. O grande problema de Eichmann, e de muitas pessoas como ele, é que cometem seus crimes e, ao serem questionados, não sabem que agiram mal, ou se provocaram o mal a outrem. Mas mesmo que digam que não sabem o que fazem, são responsáveis pelos seus atos.

Quando o ser humano não reflete sobre os seus atos, o mal se torna banal, porque o indivíduo não utiliza a sua capacidade de reflexão, obtendo assim uma ausência de pensamento e dessa maneira, ausentando-se da responsabilidade por seus atos. Roubar, trapacear, mentir e até mesmo matar pode ser considerado normal, assim como foi na Sociedade Nazista, a qual perverteu a moralidade tradicional, extraiu o direito à liberdade, o direito de ir e vir, e tirou o direito de viver do homem. O homem não é mais um fim em si mesmo, como afirma Kant (2011, p. 64-65). O homem, e, de uma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim.

Eichmann com sua ausência de pensamento cometeu o mal banal. Ele admitiu em depoimento à polícia que tinha conhecimento da ordem de Himmler. Segundo Arendt (1999, p. 267), ele se lembrou de:

Que não havia “diretivas” para os ciganos como existiam para os judeus, e que não tinha sido feita nenhuma pesquisa sobre o “problema cigano” – “origens, costumes, hábitos, organização (...) economia”. Seu departamento recebeu ordem de “evacuar” 30 mil ciganos do território do Reich, e ele não se lembrava de bem dos detalhes, porque não havia nenhuma intervenção de lado nenhum; mas que os ciganos, assim como os judeus, foram despachados para ser exterminados, disso ele nunca duvidou.

As evacuações para Eichmann eram consideradas normais. Ele era responsável pela organização do transporte nos vagões de trem e os mesmos tinham que estar disponíveis para cumprir a agenda, como ele mesmo relatou.

Eichmann insistiu veementemente que ele era culpado apenas de “ajudar e instigar” (ARENDR, 1999, p. 268) na realização dos crimes de que era acusado, mas que ele próprio nunca havia cometido nenhum crime. Arendt constatou, no julgamento dele, que o que estava em julgamento não era um crime comum, e o

próprio criminoso não era comum. Assim afirma Arendt: “Pois esses crimes foram cometidos em massa, não só em relação ao número de vítimas, mas também no que diz respeito ao número daqueles que perpetraram o crime.” (ARENDR, 1999, p. 268). É evidente que é possível medir as consequências dos atos destes criminosos, mas também é claro que não se pode julgar a “banalidade do mal”. Eichmann em especial, sempre respondia a mesma coisa, “Eu era o responsável pelo transporte, eu somente obedecia a ordens” (ARENDR, 1999, p. 269), eis a “banalidade do mal”. O Dr. Servatius fez mais uma tentativa para que seu cliente fosse absolvido da pena de morte (ARENDR, 1999, p. 269):

O acusado tinha realizado atos de estado, o que aconteceu com ele poderia acontecer no futuro com qualquer um, todo o mundo civilizado enfrenta esse problema. Eichmann era um ‘bode expiatório’ que o atual governo alemão havia abandonado à Corte de Jerusalém, contrariando a lei internacional, a fim de se livrar de responsabilidade.

Eichmann, em seus vários depoimentos, afirmou que nunca desejou a morte de seres humanos. E apesar de tudo, Eichmann foi para a morte com “grande dignidade”. Pediu uma garrafa de vinho tinto e bebeu metade dela. Recusou a visita do pastor William Hull, que se ofereceu para ler a Bíblia para ele, alegando que não tinha tempo a perder. Segundo Arendt, Eichmann transpôs os quarentas metros que separavam sua cela da câmara de execução andando calmo e ereto, com as mãos amarradas nas costas. Quando os guardas amarraram seus tornozelos e joelhos, pediu que afrouxassem as cordas para que pudesse ficar de pé. “Não preciso disso”, declarou quando lhe ofereceram o capuz preto. Ele estava perfeitamente controlado (ARENDR, 1999, p. 274). E até o final, mesmo antes de sua morte, Eichmann continuou usando seus clichês, suas frases prontas. Começou dizendo que não era cristão e que não acreditava na vida após a morte. E logo se expressou assim: “Dentro de pouco tempo, senhores, iremos nos encontrar de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei.” (ARENDR, 1999, p. 274). Mesmo diante da própria morte, Eichmann estava bem-disposto, e esqueceu-se de que era seu próprio funeral. Arendt afirma que: “Foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos.” (ARENDR, 1999, p.274). Eichmann acreditava na ideologia política do Partido, ele era apaixonado, obstinado pelo partido e também não pensava esta ausência de pensamento com a

qual Arendt articula a banalidade do mal. Este mal é político, este mal que não está no agente, e nem na intenção de praticar o mal.

Eichmann, um homem banal, que foi usado como instrumento de um sistema político e que foi incapaz até o final de sua vida de assumir a responsabilidade pelos seus atos e de pensar por si próprio. Em seu livro *A Vida do Espírito, 1973-1974*, Arendt, afirmou que, ao escrever sobre o julgamento de Eichmann, ela não teve a intenção de mencionar a expressão “banalidade do mal” como tese ou mesmo como doutrina. Ela se referia (ARENDR, 2004, p. 226):

Ao relatar o julgamento de Eichmann em Jerusalém, falei da “banalidade do mal”, e com isso não me referia a nenhuma teoria ou doutrina, mas a algo completamente factual, ao fenômeno dos atos malignos, cometidos numa escala gigantesca, que não podiam ser atribuídos a nenhuma particularidade de maldade, patologia ou convicção ideológica do agente, cuja única distinção pessoal era uma superficialidade talvez extraordinária.

O mal é resultado de escolhas, da falta de pensamento e da ausência de raízes. Arendt fez questão de assistir ao julgamento de Eichmann na busca de entender quem foi este indivíduo, e o que o moveu para a colaboração da “solução final”. Ela queria ver e ouvir um Nazista para entender o que ocorreu no Totalitarismo. O que a autora observou no julgamento reflete sobre as questões éticas e morais deste indivíduo. Eichmann foi um dos oficiais nazistas cujos objetivos iniciais não eram o de se envolver com o assassinato em massa planejado pelo *Führer*. O que movia Eichmann era os seus desejos pessoais e de sucesso profissional. O “mal banal” praticado por ele não tinha como ser explicado. Arendt (2004, p. 13) diz que a principal virtude do julgamento de Eichmann:

Era não considerar o réu Eichmann, o assassino burocrata *par excellence*, como um dente de engrenagem, mas como um indivíduo em julgamento pela sua vida, um homem particular a ser julgado pela sua responsabilidade específica no assassinato de milhões de seres humanos. Ele próprio não cometera os homicídios, mas tornara-os possíveis ao fornecer as vítimas, arrebanhando-as e transportando-as para as fábricas da morte em Auschwitz.

Arendt examinou detalhadamente os fatos do julgamento, e ficou evidente para ela que Eichmann nunca pensou no que estava fazendo, seja na sua função na Gestapo ou no banco dos réus. Eichmann não poderia ser julgado como um “dente

de engrenagem” do Governo Nazista, mas pela sua responsabilidade no assassinato de milhões de pessoas inocentes. É fato que o Totalitarismo baseia-se na convicção de que “tudo é possível”. O desemprego e a crise econômica nos países europeus criaram o Imperialismo, que era uma situação em que surgiram massas supérfluas, que eram manipuladas pelo Governo Nazista. O Totalitarismo como afirma Arendt (2004, p. 19) “desafiava e violentava a razão humana e, ao explodir as categorias tradicionais para a compreensão da política, da lei e da moralidade, rasgava o tecido da experiência humana”.

Assim sendo, o objetivo do Totalitarismo foi a luta pelo “domínio total” da Terra e dos homens. Para Arendt (ARENDR, 2004, p. 19) “o mal humano é ilimitado quando não gera nenhum remorso, quando os atos são esquecidos e assim são cometidos”. O mal provocado por estes homens não tem explicação. Estes homens prosperaram em suas carreiras e também na sua vida social. Eichmann se deixou “seduzir” pela oratória e pelo sucesso de Hitler. Segundo Arendt (ARENDR, 1999, p. 142-143):

Eichmann sempre se deslumbrou com a “boa sociedade”, e a polidez que demonstrava com funcionários judeus que falassem alemão era em grande parte resultado de sua suposição de que estava lidando com gente que lhe era socialmente superior. Ele não era de forma alguma o que uma das testemunhas disse que era, um “*Landsknecht*”, um mercenário, que só queria escapar para regiões onde não existem os Dez Mandamentos e onde um homem pode fazer o que bem entender. Ele acreditava fervorosamente e até o fim no sucesso, padrão principal da “boa sociedade” conforme ele a conhecia. Muito típica disso foi a sua última palavra sobre o assunto Hitler – a quem ele e seu camarada Sassen haviam combinado “deixar de fora” em sua entrevista; Hitler, disse ele, “pode ter estado errado do começo ao fim, mas uma coisa está acima de qualquer dúvida: esse homem conseguiu abrir seu caminho de cabo lanceiro do Exército alemão até Führer de um povo de quase 80 milhões [...] Bastava o seu sucesso para me provar que eu devia me subordinar a esse homem”.

Eichmann e seus companheiros cometeram os crimes devido à obsessão pelo líder Hitler e eles usaram desta obsessão como desculpa, para não responsabilizar-se pelos crimes cometidos. Os mesmos também não ouviam a “voz da consciência”, a consciência era o próprio Hitler, ele era o exemplo a ser seguido, porque era a voz respeitável da sociedade da época. Eichmann fizera seu trabalho com zelo e dedicação. Arendt, a partir do início dos anos 60, cunhou uma nova modalidade de mal, a banalidade de mal. Conforme a autora (2004, p. 35):

A banalidade do mal trafegava sob um aterrador comportamento normal e ordinário, tanto na fabricação de alimentos quanto na manufatura de cadáveres, de modo a “exceder todas as categorias morais e explodir todos os padrões de jurisdição”.

Esta nova forma de mal político não tinha como ser julgado como um crime comum. Os atos cometidos pelos membros do Governo Totalitário eram gigantescos e monstruosos. A “banalidade do mal” poderia espalhar-se tal qual “fungos sobre a superfície.” (ARENDRT, 2004, p. 36), porque os perpetradores não pensavam, não refletiam sobre suas ações e suas consequências.

4.2 A POLÍTICA

A política⁵⁵ baseia-se na pluralidade humana e na singularidade⁵⁶. Ela é derivada da palavra grega *polis*, que diz respeito à coexistência e à associação de homens com ideias e objetivos diferentes uns dos outros. A política só faz sentido quando existe este relacionamento entre as pessoas. É nas diferenças que a política se faz presente. Para Arendt, a política “está baseada na família e concebida à sua imagem, o parentesco em todos os graus são capazes de unir as diferenças individuais extremas e ao mesmo tempo isolar.” (ARENDRT, 2009, p. 145).

A política surge na convivência entre os homens, e na ação humana. Logo, a política surge na esfera pública. E de fato, a esfera pública é o espaço da revelação dos homens; é o local em que se efetiva o *eu*, a sua identidade, e também a identidade do mundo. Ela organiza as diferenças e também isola algumas. A política ocorre no espaço, no convívio dos homens com outros homens e na pluralidade humana, assim, ela é um fenômeno externo, porque ocorre na esfera pública. Ao espaço privado competem as felicidades do dia a dia, os homens estão sós. Na vida privada existe uma hierarquia, obediência, como no caso da relação pais e filhos, patrão e empregado. Nesse sentido, Arendt afirma que: “a política se baseia no fato da pluralidade humana. Deus criou o homem, mas os homens são um produto

⁵⁵ Para Schio, há política quando os indivíduos se encontram em um espaço público, suas opiniões são compostas por ações livres. Cada pessoa pode expressar-se da sua maneira e ser respeitada (SCHIO, 2006, p. 156).

⁵⁶ Os seres humanos são indivíduos únicos, por isso singulares, impermutáveis, por isso, não conseguem viver só. Eles precisam distinguir-se e diferenciar-se dos outros seres humanos. Nesse sentido, a pluralidade humana não é mera repetição da multiplicação de seres humanos, mas do fato de que todos os seres humanos são únicos e podem aparecer e conviver num mundo comum. A ação que surge, com este convívio, solidifica as relações (SCHIO, 2006, p. 175).

humano, terreno, um produto da natureza humana.” (ARENDDT, 2008, p. 144). Assim, a política diz respeito às realizações humanas e à pluralidade humana. Para a autora, a pluralidade humana é composta por homens singulares.

A política denota um domínio global em que o homem aparece como ser atuante, que participa da vida pública, seja através do voto, seja por meio da participação em sua comunidade. O espaço político, para Arendt, mostra a singularidade de cada ser humano, na qual ele mostra sua identidade, exercendo a fala, podendo ser ouvido e também podendo participar das discussões políticas, decidindo e agindo. Verdadeiramente, na política acontece a ação⁵⁷ e efetiva-se nessa diferença. E para isso, é preciso que haja diferenças individuais para que a política aconteça. Para Arendt, o mundo não foi criado por Deus que criou a *physis* e também não é um produto natural. Para ela, o mundo só pode surgir por meio da política, na qual homens e mulheres, em suas diferenças e na pluralidade convivem, falam e agem livremente. Sendo assim, segundo Arendt⁵⁸ (ARENDDT, 2008, p. 35):

Somente na liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala. Viver num mundo real e falar uns com os outros sobre ele são basicamente a mesma coisa (...). A liberdade de partir e começar algo novo e inaudito (...) a liberdade de interagir oralmente com muitos outros e experimentar a diversidade que é a totalidade do mundo -, com toda a certeza não era e não é o objetivo da política, isto é, algo que possa ser alcançado por meios políticos, mas, ao contrário, a substância e o significado de tudo que é político.

A política baseia-se na pluralidade humana. Deus criou o homem, mas o homem se recria todos os dias, e, segundo Arendt, o homem é um produto humano.

⁵⁷ A ação humana é irreversível. Desta feita, não há como desfazê-la. A ação é imprevisível, até mesmo para o agente, pois, após o início da ação o agente perde o controle do seu desenrolar. As características da ação são a irreversibilidade, a imprevisibilidade e a ilimitação. A ação tem como objetivo construir, controlar e manter o mundo humano e a sua meta é perdurar, por meio de novas ações (SCHIO, 2006, p. 171-172).

⁵⁸ Schio afirma que é preciso fazer algumas distinções de liberdade, entre elas estão: a liberdade interna que é subjetiva, a liberdade externa que a pública, a liberdade filosófica e liberdade política. A liberdade interna está relacionada com a ausência de liberdade política, o ser humano não participa do espaço público e não convive com os outros homens. A liberdade externa ocorre quando o homem busca o espaço público por livre vontade, ele se aproxima dos outros homens com o intuito de trocar informações, opiniões de ouvir e de falar. A liberdade filosófica que também pode ser chamada de liberdade da vontade só é aplicada em indivíduos solitários que não fazem parte da política, e por fim, a liberdade política é ligada à ação, à pluralidade humana e está aberta ao público (SCHIO, 2006, p.142).

Para Kant a liberdade envolve independência de qualquer forma de dependência – liberdade e o poder de legislar para si – liberdade para. A liberdade apresenta-se como espontaneidade, na medida em que é oposta à receptividade e como autonomia em contraste com a heteronomia (HOWARD, 2000, p. 216-217).

A política trata da coexistência da associação de homens diferentes. Ela pode unir os homens ou desuni-los.

O Totalitarismo extraiu das pessoas a liberdade política, ou seja, o direito das pessoas participarem da política pública, entre iguais da sua sociedade. A política exercida pelo Totalitarismo é o da mentira. As mentiras totalitárias transformaram a política numa administração burocrática, na qual ninguém assumia algo, nem havia responsáveis pelos atos praticados. De fato, essa forma de governo tem um poder de destruição maior que o governo tirânico. É simplesmente assustadora esta forma de administração como Arendt afirma (ARENDDT, 2009, p. 149) “Ao contrário, é ainda mais assustador porque não pode dirigir a palavra a esse ninguém, nem reivindicar o que quer que seja.”. No Totalitarismo, o governo era de um único homem e os governados eram dominados por este governo.

Arendt buscou esclarecer qual é o significado da política, em sua concepção. Para ela a questão da política é simples. A resposta é que a política é a liberdade. Infelizmente hoje não encontra-se o significado da política na palavra liberdade, como Arendt mencionou. Devido à experiência Totalitária e pelo mal causado por tal experiência, a política está em descrédito. E a pergunta é se a política ainda tem algum significado para a sociedade atual? Arendt situa o problema da política atual em dois fatores (ARENDDT, 2009, p. 162). A vida humana é tão politizada que eles não possuem nenhuma liberdade. E o desenvolvimento dos modernos meios de destruição que são o monopólio dos Estados.

Nestas duas problemáticas estão as experiências com o Totalitarismo e com a bomba atômica. Para Arendt, ignorar esses acontecimentos é como se nunca o homem vivera neste mundo. Os impasses e as consequências geradas a partir destas experiências totalitárias e da bomba atômica deixaram uma “lacuna na História”. A política foi “deixada de lado”. Porque a política perdeu seu significado na modernidade. Arendt afirma que o amanhã é incerto e só um milagre pode resultar em um futuro melhor. Assim ela afirma: (ARENDDT, 2009, p. 164):

A falta de significado em que se encontra a política evidencia-se no fato de que todas as questões políticas tomadas individualmente terminam em impasse hoje em dia. Por mais que nos esforcemos para compreender a situação e levar em conta os fatores individuais representados pela dupla ameaça dos Estados Totalitários e armas nucleares – que a conjunção dos dois só faz agravar -, não conseguimos sequer pensar numa solução satisfatória, mesmo supondo a maior boa vontade de todas as partes, que,

como sabemos, não funciona na política, já que a boa vontade hoje não é nenhuma garantia de boa vontade amanhã. Partindo da lógica inerente a esses fatores e admitindo que nada exceto essas condições que conhecemos hoje determina o curso presente e futuro do nosso mundo, podemos dizer que uma mudança decisiva para melhor só pode resultar de uma espécie de milagre.

Arendt acredita que esse milagre acontece todos os dias, milagre ligado ao iniciar ao começar algo de novo. O começo pode ser para o bem ou para o mal. O homem tem o poder de decisão, ele pode decidir se quer fazer as escolhas certas para a sua vida, ou seguir por um caminho de escolhas erradas, o caminho do mal, onde, ele fará as pessoas sofrerem. O milagre só pode acontecer pela ação dos homens. A política é necessária à vida humana, não apenas para a comunidade, para a sociedade em que se vive, mas para o indivíduo também. O homem depende de outras pessoas para sua existência, por isso, ele precisa de normas, leis. Arendt afirma que “a política existe em todas as épocas e lugares onde haja vida humana em comum, em qualquer situação no sentido histórico” (ARENDR, 2009, p. 170). A política existe para todos sem exceção.

Os homens, por meio da sua liberdade, podem interagir uns com os outros, sem coação e nem dominação, considerando que uns se relacionam com os outros por meio do diálogo e da persuasão. Arendt afirma que a política no sentido grego da palavra está (ARENDR, 2009, p. 172):

Centrada na liberdade, com o que esta é entendida negativamente como o estado de quem não é dominado nem dominador e positivamente como um espaço que só pode ser criado por homens e no qual cada homem circula entre seus pares. Sem esses que são meus iguais, não existe liberdade, razão pela qual o homem que domina os outros – e que precisamente por essa razão é diferente deles em princípio – é, de fato, mais feliz e invejável do que aquele que ele domina, embora nem um pouco mais livre.

O Totalitarismo como forma de governo usou a política da dominação e da mentira. Extraída a liberdade das pessoas, proibiu-se o uso do espaço público para o diálogo, extinguindo, inclusive, a “realidade” para a ação. Este governo não acredita que a liberdade esteja na ação e na vida vivida em sociedade, ou seja, na pluralidade humana. Mas sim, na dominação e no segredo. Os Regimes Totalitários reprimiram a liberdade de expressão que a política proporciona aos homens, e, além disso, destruíram a espontaneidade humana em todas as esferas da vida.

4.3 RESPONSABILIDADE COLETIVA

A partir do julgamento de Eichmann, Arendt se questiona sobre a noção da “responsabilidade pessoal” que é individual e a “responsabilidade coletiva” quando englobar questões políticas, ou seja, as questões que dizem respeito ao todo, ao coletivo. Para Arendt, “quando somos todos culpados, ninguém o é” (ARENDDT, 2004, p. 214). A culpa é estritamente pessoal. Arendt não sabe quando o termo “responsabilidade coletiva” apareceu, mas que tem relação com os problemas políticos, sejam legais ou morais. A responsabilidade coletiva se deve ao fato de um indivíduo pertencer a um grupo e participar ativamente dele. Para Arendt, ao pertencer ao mundo, compartilha-se dele com as outras pessoas, atuando-se nele por meio de palavras e ações. Dentre os acontecimentos que marcaram o século XX, como as guerras e o nazismo, foram cometidos por pessoas que não tinham informações, ou mesmo, que eles tivessem problemas de cognição, cometeram da mesma forma o mal. Essas pessoas são responsáveis pelos atos cometidos por si pelo Governo. Segundo Arendt, só é possível escapar da responsabilidade política e coletiva, quando não se faz parte de nenhuma comunidade, ou sociedade. Por isso, sempre tem-se responsabilidades com a humanidade.

Nos dias atuais, o “mal banal” pode revelar-se em muitas atitudes e situações do dia a dia, do cotidiano. Pode-se encontrá-lo, na corrupção política, em todos os tipos de violência, no desemprego e em todos os problemas sociais, em que o “mal banal”, esse tipo de mal, não causa mais espanto e nem sensibiliza mais as pessoas. Arendt salienta que “a partir da perplexidade, ou do espanto frente a algum fato que perturbe o indivíduo, ele necessitaria de uma retirada momentânea, de afastamento, ou alheamento, que se define no diálogo interno, de mim comigo mesmo.” (ARENDDT, 2009, p. 207). Este afastamento faz com que se possam ver com clareza os acontecimentos, refletir e escolher o melhor caminho para evitar o mal banal.

Arendt analisou a Alemanha nazista colocando em questão os fatos dos indivíduos que eram apegados aos seus valores morais⁵⁹, eles foram os primeiros a aderir à política nazista. O mesmo ocorreu no final da I e da II Guerra Mundial. A autora mostra que com a mesma facilidade que se estabeleceu o Governo

⁵⁹A moralidade está baseada nas regras e nos costumes de um grupo. O sujeito busca na tradição as regras para agir. A tradição fornece os costumes, as normas, transmitidas de geração para geração que orientam o agir (SCHIO, 2012, p. 214).

Totalitário, este teve o seu fim. Por isso, o homem deve ficar vigilante com os temas relacionados ao racismo e ao expansionismo imperialista⁶⁰, desvalorização da política, da realidade e a confusão entre o espaço público e privado que se cristalizou no Totalitarismo. Arendt não cansava de repetir o epigrama de William Faulkner: “O passado nunca está morto, não é sequer passado” (ARENDR, 2004, p. 8). Arendt assinala o que aconteceu no passado pode voltar acontecer no presente, e de forma ainda mais cruel. Uma das causas da “banalidade do mal” é a indiferença com o passado.

O julgamento de Eichmann provocou em Arendt reações diversas. E ficou evidente para ela, que não se tem um “Eichmann” em cada ser humano, mas que o homem pode tornar-se um Eichmann se não pensar e refletir em cada atitude da sua vida. Para Arendt a principal virtude do julgamento em Jerusalém foi: (ARENDR, 2004, p. 13) não considerar o réu Eichmann, o assassino burocrata *par excellence*, como um dente de engrenagem, mas como um indivíduo em julgamento pela sua vida, um homem particular a ser julgado pela sua responsabilidade específica no assassinato de milhões de seres humanos. Ele próprio não cometera os homicídios, mas tornara-os possíveis ao fornecer as vítimas, arrebanhando-as e transportando-as para as fábricas de morte em Auschwitz.

Arendt analisou todo o processo de Eichmann e, para ela, o único resultado era que ele era o responsável por ter violado “da pluralidade na sua totalidade” (ARENDR, 2004, p. 14). O crime cometido por ele foi contra toda a humanidade. O mal perpetrado por Eichmann foi trivial no sentido de que o homem pode cometer o mal sem pensar. Homens comuns praticam o mal e não se responsabilizam por ele, e as suas ações causam consequências graves, que afetam diretamente a vida de outras pessoas, de outros seres humanos. Estes criminosos, não sentem remorso algum. O Totalitarismo desafiava a razão humana no sentido da política, da lei e da moralidade. O mal humano causado pelo Governo Totalitário segundo Arendt: “é ilimitado quando não gera nenhum remorso, quando os atos são esquecidos assim que são cometidos.” (ARENDR, 2004, p. 19). Arendt queria mostrar que todos deveriam se importar com a questão do mal, desde os filósofos a outros intelectuais para que os homens evitassem cometer o mal.

⁶⁰ A característica da política de poder do Imperialismo é a transformação de objetivos de interesse nacional, que eram localizados e limitados, por uma busca ilimitada de poder, sem um alvo específico ou um território delimitado. Foi a política imperialista, mais que qualquer outro fator, que provocou o declínio da Europa (ARENDR, 1989, p. 148).

Arendt foi criticada e mal interpretada ao escrever *Eichmann em Jerusalém*. O que ela descreveu foram os fatos deste processo. Ela não tinha o interesse de apontar teorias a respeito do mal, mas apenas, de mostrar ao mundo o que aconteceu de verdade no Governo Totalitário, e o mal cometido por esta forma de governo. A autora queria revelar ao mundo que a responsabilidade do mal praticado durante o nazismo não era responsabilidade do coletivo, pois, a ética da responsabilidade é objetiva e individual. Todas as mortes cometidas durante o Governo Totalitário tinham culpados. Arendt queria esclarecer que (ARENDR, 2004, p. 83):

“Sem dúvida, há razões para uma acusação séria, mas o réu é toda a raça humana”. A ideia que gostaria de propor neste momento vai além da falácia bem conhecida do conceito de culpa coletiva, como ele foi aplicado pela primeira vez ao povo alemão e ao seu passado coletivo – toda a Alemanha é acusada, bem como toda a história alemã desde Lutero a Hitler -, o que, na prática, se transformou numa caiação altamente eficaz para todos aqueles que realmente tinham feito alguma coisa, pois quando todos são culpados ninguém o é. Basta colocar a cristandade ou toda a raça humana no lugar originalmente reservado à Alemanha para perceber, ou assim poderia parecer, o absurdo do conceito, pois agora até mesmo os alemães deixaram de ser culpados: a culpa não é de ninguém individualmente, mas do conceito de culpa coletiva. Além dessas considerações, o que gostaria de apontar é como deve estar profundamente arraigado o medo de julgar, dar nomes e atribuir culpa – especialmente, no que diz respeito aqueles no exercício do poder ou em alta posição, mortos ou vivos -, se essas manobras intelectuais desesperadas estão sendo invocadas como ajuda.

O julgamento de Eichmann revelou que na grande maioria das pessoas, há um grande desconforto com assuntos relacionados sobre as questões morais. Ela assegura que também ficava desconfortável quando o assunto são questões morais. Arendt afirma que sua primeira formação intelectual adveio numa atmosfera em que ninguém se interessava sobre as questões morais; segundo ela: “fomos criados com a pressuposição: Das Moralische versteht sich von selbst, a conduta moral é algo natural”. (ARENDR, 2004, p. 84). Esta falta de interesse pelas questões morais acentuou-se muito após 1933, com as atrocidades cometidas pelo Governo Totalitário, devido ao isolamento do homem com o mundo. O homem vivendo isolado não tem a possibilidade de iniciar novos processos de conviver e discutir. Arendt afirma que muitas pessoas precisaram mais de vinte anos para se reconciliar com o que aconteceu, e muitos ainda não conseguiram, devido ao “passado

inquestionável”, como Arendt o chamou. A autora (ARENDR, 2004, p. 85) afirma que este passado, não é tão passado, e nem ficou para trás:

Bem, a impressão que temos hoje, depois de tantos anos, é que esse passado alemão ainda continua a ser de certo modo incontrolável para uma boa parte do mundo civilizado. Na época o próprio horror, na sua monstruosidade, parecia, não apenas para mim, mas para muitos outros, transcender todas as categorias morais e explodir todos os padrões de jurisdição; era algo que os homens não podiam punir adequadamente, nem perdoar.

Arendt garante que nesta nova forma de governar, o Nazismo introduziu um novo regime político, e um dos problemas cruciais a seu ver, era a criminalidade no domínio público. Esta criminalidade fez com que homens mudassem de um “dia para a noite” suas opiniões, seu modo de viver e suas convicções, seja na vida privada ou na pública. Arendt salienta que amizades de uma vida inteira foram rompidas e abandonadas com muita facilidade. Ela diz “o que nos perturba, não foi o comportamento dos nossos inimigos, mas o dos nossos amigos, que não tinham nada para produzir essa situação” (ARENDR, 2004, p. 86). Pessoas comuns, sem envolvimento algum com o partido, mas que de uma hora para outra, mudaram suas convicções, seus pensamentos, ficaram “apaixonados” e impressionados com o movimento nazista e abandonaram suas vidas, sem pensar e refletir sobre as consequências que teriam as suas ações. Muitas destas pessoas se decepcionaram com o Governo Totalitário, alguns saíram do partido, mas a grande maioria, mesmo sabendo das atrocidades que eram cometidas contra milhares de inocentes, continuou no partido.

No julgamento de Eichmann, as questões relativas à teoria da peça da engrenagem⁶¹, como Arendt a chamou, foram muito debatidas. Esta “máquina burocrática”, na qual as forças de comando, com as forças civis, as forças militares e políticas estão interligadas. As pessoas que trabalham no partido, ou que fazem parte do governo, são consideradas como “dentes desta engrenagem”, para que a administração possa funcionar. Os integrantes que fazem parte desse sistema são

⁶¹Arendt não aceita este argumento de peça de engrenagem, para a autora esta expressão significa dentro de um governo burocrático, havia pessoas que executavam as ordens dadas pelo Führer, as quais poderiam ser consideradas como máquinas, mas aos olhos do mundo e perante o tribunal, quem teria que responder pelos atos cometidos era a “pessoa” (SOUKI, 1998, p. 86).

considerados como descartáveis, podem ser substituídos sem que o sistema seja alterado.

Arendt afirma que as pessoas que fazem parte deste sistema, são tão responsáveis quanto seus líderes. Este sistema não desqualifica a responsabilidade individual de cada ser humano perante as suas ações. A culpa não é coletiva. Arendt salienta que “culpa” e “inocência” só fazem sentido se aplicados aos indivíduos. Eichmann não era uma peça da engrenagem. Ele era o réu, o responsável pelos seus atos. Arendt ao assistir o julgamento percebeu que (ARENDR, 2004, p. 93):

Na sala de um tribunal não está em julgamento um sistema, uma história ou tendência histórica, um ismo, o antissemitismo, por exemplo, mas uma pessoa, e se o réu é por acaso um funcionário, ele é acusado precisamente porque até um funcionário ainda é um ser humano, e é nessa qualidade que ele é julgado.

Hitler era o homem que tomava as decisões no Terceiro Reich, ele era a lei, era dele a palavra final. Mas cada um poderia pensar, refletir se queria ou não fazer parte desta organização política. Eichmann decidiu fazer parte do Governo Totalitário, porque queria uma carreira melhor. Por isso, ele deve ser julgado e condenado. A responsabilidade é de sua alçada.

Dentro do Governo Totalitário houve pessoas que participaram ativamente do partido, outros entraram para o partido por pura paixão ou por idealismo. Mas, muitas pessoas não queriam cometer crime algum, ou melhor, optavam em morrer, do que assassinar. Eles não estavam dispostos a conviver como assassinos. Arendt diz que estas pessoas se perguntavam como conseguiriam viver em paz consigo mesmo, depois de ter cometido certos atos. A autora afirma (ARENDR, 2004, p. 107):

A precondição para esse tipo de julgamento não é uma inteligência altamente desenvolvida ou uma sofisticação em questões morais, mas antes a disposição para viver explicitamente consigo mesmo, isto é, estar envolvido naquele diálogo silencioso entre mim e mim mesma que, desde Sócrates e Platão, chamamos geralmente de pensar este tipo de pensamento, embora esteja na raiz de todo pensamento filosófico, não técnico, nem diz respeito a problemas teóricos, a linha divisória entre aqueles que querem pensar, e portanto tem de julgar por si mesmos, e aqueles que não querem pensar atinge todas as diferenças sociais, culturais e educacionais.

O pensamento e o julgar a si mesmo são de extrema importância para que o mal banal possa ser evitado. Pode-se observar que com o Governo Totalitário, os

homens que não pensavam e não julgavam suas atitudes, estavam muito mais próximos de se tornarem criminosos.

Heinrich Himmler, um burguês, com aparência de respeitabilidade na sociedade, bom pai de família. Nem fanático, nem aventureiro. Um homem comum, que buscava a garantia de um futuro melhor para a sua família e uma boa aposentadoria. Este homem formou um exército de homens dedicados, que estavam dispostos a fazer qualquer coisa para garantir como ele uma boa aposentadoria e a segurança de suas famílias. Himmler garantia a seus subordinados que todos ficariam isentos “da responsabilidade de seus atos”. Quando seus homens tinham a consciência pesada, ele mandava colocar a culpa na organização burocrática a qual pertencia. Arendt afirma que este profissional (ARENDR, 2008, p. 159):

Quando sua profissão o obriga a assassinar pessoas, ele não se considera um assassino, pois não fez isso por inclinação pessoal, e sim em seu papel profissional. Por ele mesmo, jamais faria mal a uma mosca. Se dissermos a um membro dessa nova categoria profissional gerada por nossos tempos que ele é responsável pelo que fez, a única coisa que ele sentirá é que foi traído. Mas se, sob o choque da catástrofe, ele realmente toma consciência de que não era apenas um funcionário, mas também um assassino, sua saída não será a revolta, e sim o suicídio – como tantos já optaram pelo suicídio na Alemanha, onde é evidente a sucessão de ondas de autodestruição.

Muitas pessoas cometeram o suicídio após o término da Guerra. Quando tomaram consciência de seus atos e de suas responsabilidades, eles não aguentaram o remorso e se suicidaram. Ainda hoje na Alemanha, segundo Arendt, são encontrados alemães que se declaram envergonhados de ser alemães. Estes alemães assumiram a responsabilidade por todos os crimes cometidos pelos homens de seu país, e de fato, constatar que o homem é capaz de gerar um governo político muito pior do que foi o nazismo.

4.4 ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

A ética da responsabilidade está intimamente arrolada com um agir consciente. É preciso que o ser humano se mostre quem realmente é no espaço público. Para Arendt, a ética da responsabilidade é uma ética da aparência. A atuação que tem-se no mundo público mostra quem o homem é enquanto ser em

ação. Arendt, a partir de *Eichmann em Jerusalém*, passou a se preocupar de forma veemente entre as atividades de pensar, do agir, e do julgar.

O pensar é uma tarefa humana; ao pensar, o ser humano retira-se mentalmente do mundo exterior e volta-se ao mundo interior, ao mundo dos questionamentos. Ele volta-se para dentro de si e analisa as experiências vividas. Para retirar-se mentalmente do mundo externo, denominado por Arendt de “mundo das aparências”, onde, os indivíduos são vistos e ouvidos. Schio afirma que (2006, p. 74):

A retirada do mundo exterior para o interior, para a vida do espírito, ocorre somente como faculdade, como possibilidade humana de voltar-se para dentro de si mesmo, tornar-se introspectivo e refletir. Fisicamente, o corpo permanece no mundo das aparências. Por isso, o pensamento, aparentemente, é algo passivo e de teórico, ao ocorrer no mundo subjetivo.

O homem torna-se crítico mediante de um processo de questionar e de buscar respostas para os seus questionamentos. O pensar liberta o homem. Para Souki (1998, p. 114) “o pensar faz cientes que existe outra ordem de realidade, daquela que tínhamos antes de pensar”. Pensar significa que é preciso tomar decisões e, para cada dificuldade encontrada, é necessário encontrar uma solução. Esta novidade percorre todo o pensamento Arendtiano sobre a ação humana.

A ação é a possibilidade de começar algo novo. Ela é engendrada somente pelos seres humanos. O sentido da ação é a própria ação. Ela não objetiva deixar atrás de si algo de palpável. Ela não tem uma utilidade ou uma finalidade obrigatoriamente. Schio (2006, p. 169) afirma que ela assemelha-se à própria vida (labor), mas não produz produtos, como o trabalho. Para que a ação aconteça é preciso que haja a pluralidade humana. A ação humana é irreversível, não há como voltar atrás e desfazer o que foi iniciado, não há como anular uma ação. Ela também é imprevisível, até mesmo para o agente.

A faculdade de julgar é o resultado do pensamento. O juízo deverá contemplar novos dados fornecidos pelo pensamento e prepará-los para a vontade. O juízo deve esclarecer as possibilidades de escolha, mostrando as melhores opções para o agir. Schio (2006, p. 115) salienta que a ausência da ação, terá como consequência a incapacidade do homem iniciar algo de novo, evidenciando que o juízo não estará executando a tarefa que lhe cabe, o que para Arendt é um problema político. Souki (1998, p. 128) afirma que o juízo é uma faculdade própria, e pode

efetivar-se como uma capacidade de autonomia, ao contrário dos conformismos de todos os tipos.

Arendt entrelaçou noções de moralidade, ética e de responsabilidade. A autora chama a atenção pela vulnerabilidade com que as pessoas trocavam seus padrões morais, ela ressalta que (ARENDDT, 2004, p. 34):

Era como se a moralidade, no exato momento de seu total colapso dentro de uma nação antiga e altamente civilizada, se revelasse no significado original da palavra, como um conjunto de *costumes*, de usos e maneiras que poderia ser trocado por outro conjunto sem dificuldade maior do que a enfrentada para mudar as maneiras à mesa de todo um povo.

Arendt quis mostrar como foi fácil trocar as regras de conduta de um povo, de uma nação. Este mal político mostrou que o ser humano pode se tornar supérfluo facilmente quando a sociedade é totalmente burocrática e quando as pessoas são desprovidas de pensamento e de reflexão.

Arendt declara que a “banalidade do mal” desafia palavras e pensamentos, já que não era uma manifestação demoníaca, ou uma doença patológica. O mal provocado pelo Governo Totalitário, não foi provocado pela inveja, mas sim, pelo ódio que o *Führer* sentia pelo povo judeu e outros povos. Ela afirma que a “banalidade do mal” pode espalhar-se como “fungos sobre a superfície”⁶², pois os perpetradores do mal não eram capazes de pensar e de refletir sobre as consequências de suas ações.

Arendt resgata o *self* socrático, ao retomar as proposições socráticas de “É melhor sofrer o erro do que cometê-lo”. O *self* é a “medula da consciência” (ARENDDT, 2004, p. 42). Para Sócrates, a concepção da ética diz respeito à coletividade. A importância de colocar-se no lugar do outro, de importar-se com suas colocações faz a singularidade do homem. Arendt, ao escolher Sócrates, resgata a concepção do eu, na faculdade de pensar, pensar na perspectiva do outro. Seja na alteridade, na pluralidade e sobre ponto de vista alheio.

A ética para Arendt é viver a pluralidade e respeitá-la. O que a intrigou no Totalitarismo foi: como as poucas pessoas conseguiram não submeter-se ao regime nazista? A resposta segundo a autora (ARENDDT, 2004, p. 43):

⁶²O mal pode alastrar-se por todo o mundo a partir do momento que o ser humano não se coloca mais no lugar do outro. O agente deste tipo de mal tem uma ausência de pensamento e não se coloca no lugar. O ser humano para ele é supérfluo.

Foi que eles se perguntaram até que ponto ainda poderiam ser capazes de viver em paz consigo mesmos se houvessem praticado determinados atos. Não se tratava de fidelidade a padrões de conduta e preceitos morais, mesmo porque as ordens do Führer haviam acatado genocídio e assassinato como condutas corretas. Arendt insiste em que a pressuposição dessa atividade “não é uma inteligência altamente desenvolvida ou uma sofisticação em questões morais, mas antes a disposição para viver explicitamente consigo mesmo”.

Essas pessoas queriam viver bem com as outras, mas principalmente com eles mesmos. A ética exige uma maneira pessoal de agir e de pensar. Quando o homem vive estes preceitos morais, o mesmo pensa e age de acordo com a sua consciência, a consciência de viver em paz consigo mesmo.

Para Arendt, a ética é a consciência de que os seres humanos têm sobre as suas ações. A ética é a do dever ser. É a da responsabilidade pelo mundo. A conduta moral deve-se ao relacionamento consigo mesmo e do relacionamento com seus pares. Ele não pode se desprezar ou mesmo, colocar a sua vida em perigo, ele deve distinguir entre o certo e o errado, e escolher o bem e o mal. A preocupação com o outro é importante, mas também a preocupação consigo mesmo faz parte da dignidade humana. A moralidade diz respeito ao indivíduo na sua singularidade. As decisões sobre o que fazer, diz respeito ao próprio ser humano mesmo, e o que ele faz é um processo do pensamento.

O mundo ao qual Arendt se refere, é o espaço em que o homem, por meio de determinadas atividades, condiciona a sua existência. Assim, é preciso ter cuidado com o mundo, pois ele é o lugar em que os homens se relacionam entre si, é o lugar das diferenças, é o local onde acontecem os eventos políticos e as relações humanas. Sendo assim, o cuidado com o mundo representa o cuidado consigo mesmo, na sua singularidade e na dignidade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem temas que se impõem de maneira irresistível em uma pesquisa. A partir do momento em que iniciam-se os estudos sobre a “banalidade do mal”, uma questão insistia em permanecer em todos os capítulos: como pode uma pessoa cometer o mal moral e não se responsabilizar por ele? O julgamento de Eichmann favorecia esta pesquisa e as inquietações.

Schio (SCHIO, 2006, p. 70) destaca que o “mal banal” é absoluto no sentido de não poder ser atribuído a motivações humanas compreensíveis, isto é, por não se relacionar com perversões, ou com interesses escusos. Simplesmente apresenta ausência de motivos. O agente do mal não possui propósitos ou motivos maus que orientem seu agir. O mal banal não pode ser atribuído a motivações ou objetivos claros, ele simplesmente apresenta ausência de motivos, porém suas consequências são extremas. A explicação adotada por Arendt é que o mal banal pode ser praticado por pessoas boas ou más, e muitas vezes estas pessoas se escondem atrás de seus ofícios e de seus hábitos.

Do horror do Nazismo nasceu a superfluidade dos homens, da sua autonegação e também da falta de responsabilidade. As crises políticas do século XX, especialmente a experiência totalitária e com isso a “banalidade do mal” foram os focos do pensamento de Arendt. O mal, para Arendt, principalmente, o “mal banal” estava ligado diretamente com a falta de reflexão e de pensamento.

Para Arendt, o Totalitarismo foi uma forma de governo e de dominação, baseados em uma organização burocrática, compostas por uma sociedade de massa, sustentada pelo terror e pela ideologia. A autora convida a refletir sobre a soberania de um Estado que reduz sua política de governo no assassinato de seus inimigos objetivos. Arendt considera que a novidade do movimento totalitário reside no grau de coerção e de violência desta organização política. A autora afirma que os tradicionais sistemas políticos e a liderança encontram-se no topo da hierarquia política, mas no caso do Totalitarismo, o poder emana de um único homem, representado pela figura do *Führer*, que estabelece as leis, que envolve e articula todos os comandos do movimento.

Este mundo criado pelo Governo Totalitário destituiu todas as relações humanas existentes. Eles manipulavam a realidade, substituindo a real ilusão, tirando a capacidade do homem de agir, de refletir e de se responsabilizar. O terror

foi muito eficaz no Governo Totalitário para manipular as pessoas. O que aconteceu no Século XX, foi fruto do descrédito da política. Para a autora, a política é fruto da liberdade e da responsabilidade. As condições básicas para que a verdadeira política aconteça são a pluralidade, a liberdade e a responsabilidade. Arendt deixa o leitor realizar a tarefa de refletir sobre o que é a política, sobre a ética e sobre o bem do mundo.

As considerações finais a que pode-se chegar e tirar com este trabalho é que todos têm a responsabilidade de cuidar deste mundo. E o primeiro passo, para que isso aconteça é retomar o diálogo interior, para depois retornar ao espaço público. Arendt afirma que é preciso valorizar o outro, avaliando e refletindo sobre suas opiniões, necessidades ou condições. Assim, poder-se-á participar do espaço público eticamente. É com essa categoria de respeito à pluralidade humana que se poderá evitar que o “mal banal” ou que uma nova forma de governo como o Totalitarismo volte a reinar, pois todos os humanos habitam o mesmo planeta e precisam continuamente aprender a conviver.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Maria Sílvia. **Evolucionismo: Seleção natural é a ideia central do darwinismo**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/evolucionismo-selecao-natural-e-a-ideia-central-do-darwinismo.htm>>. Acesso em: 05 maio 2013.

AGUIAR, Odilio Alves. **Origens do Totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fortaleza, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

_____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das letras, 1ª edição, 1999.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Responsabilidade e Julgamento/ Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

AVEY, Denis. **O homem que venceu Auschwitz**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CESCON, Everaldo; NODARI, Paulo César (Orgs). **O mistério do mal: urgência da educação para o bem**. Caxias do Sul: Educus, 2006.

Green, Gerald; CHOMSKY, Marvin J. **Holocausto**. [Filme-vídeo]. Produção de Robert Berger. Direção de Marvin J. Chomsky. Local, Estados Unidos, 1978. Filme em DVD, 475 minutos.

HOWARD, Caygill. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KANT, I. **A religião nos limites da simples razão**. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Crítica da Razão Prática**. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1994.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RICOEUR, P. **O mal: um desafio à filosofia e a teologia**. Tradução: Maria da Piedade Eça de Almeida. São Paulo: Papirus, 1998.

RODRIGUES, André Wagner. **Materialismo Histórico dialético**: a contribuição de Marx para o conhecimento histórico. Disponível em: <<http://www.historiaemperspectiva.com/2012/01/materialismo-historico-dialetico.html>>. Acesso em: 05 maio 2013.

ROSENFELD, Denis (Org.). **Filosofia Política**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1989.

ROVIELLO, Anne-Marie. **Senso Comum e modernidade em Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)**. Caxias do Sul: Educs, 2006.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

VALLÉE, Catherine. **Hannah Arendt: Sócrates e a questão do Totalitarismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.